



**PLANO ESTRATÉGICO PARA A INCLUSÃO
E PARA A PROMOÇÃO DO SUCESSO
ESCOLAR**

2025 | 2028



A educação, para ser de, com e para todos, tem de ser inclusiva. Para ser justa, ética e respeitadora dos Direitos e Deveres Humanos, tem de ser inclusiva. Ora o Regime Jurídico da Educação Inclusiva, o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 116/2019, de 13 de setembro, e o Decreto-Lei n.º 55, de 6 de julho, retificado pelo Decreto-Lei n.º 70/2021 de 3 de agosto, alicerçam-se no princípio fundamental do direito à educação (Declaração Universal dos Direitos Humanos, ONU, 1948), cumprindo com o estipulado na Convenção internacional sobre os Direitos da Criança, aprovada na Resolução n.º 44/25 da Assembleia Geral (ONU, 1989) e na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006). De facto, estes diplomas legais constituem-se, simultaneamente, como impulsionadores e como suporte à implementação de mudanças a nível organizacional, assim como do próprio processo educativo em conjunto com as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (2016) e os normativos relativos ao currículo dos ensinos básico e secundário, com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania e demais políticas e estratégias, consagradas em Resoluções de Conselho de Ministros (RCM), tendo por alvo todos e não apenas alguns segmentos da população (mais vulneráveis e/ou discriminado, por exemplo).

GESTÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2022, P. 10).



OS DESAFIOS DA PLURALIDADE: INTEGRAÇÃO ESCOLAR E RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Os efeitos da Globalização não são de hoje, mas têm-se intensificado atualmente no quotidiano escolar.

Conscientes desta realidade, que é constitutiva do próprio ser humano, “(...) vivemos numa época em que pertencemos ao nosso lugar, mas, também, a todos os outros lugares. Ser capaz de transpor todas as geografias, sejam elas físicas, mentais ou culturais; perceber que a “nossa casa” é, verdadeiramente, comunitária e que não há obstáculos nem de língua, raça, etnia ou cultural que nos confronte ou distancie. Pertencemos ao lugar onde nascemos e a todos os outros por onde passamos...” (PE 2025-28, EPPPlural, p. 18) é fundamental.

Cada vez mais a Escola acolhe alunos que não ingressam imediatamente no início do ano letivo, sendo fundamental a integração dos mesmos no seio e na comunidade escolar, não esquecendo que muitos deles são oriundos de um outro país, e de uma outra cultura. Contudo, esta diversidade e pluralidade não são apenas culturais, mas também singulares. É uma realidade a que temos assistido nos últimos anos, a nível nacional, e consequentemente, no nosso contexto escolar nas turmas iniciais que compõem o 1.º ano de Serviços Jurídicos.

A escola enquanto espaço de socialização de culturas, práticas, conhecimentos, princípios, valores que definem uma sociedade que se quer democrática e inclusiva, tem de cumprir o compromisso de “não deixar ninguém para trás” com a construção de uma escola inclusiva com verdadeiras condições de equidade. Uma escola que procura mitigar as assimetrias que comprometem a concretização do direito à educação e que desenvolve ao máximo o potencial de cada um, com vista a aprendizagens verdadeiramente significativas.

Esta mudança paradigmática convoca-nos a todos.

É preponderante preparar a Escola e os elementos que a constituem e a corporalizam para a contínua integração inclusiva das diferenças que não se cingem às diferenças culturais, mas pessoais.

OS DESAFIOS DA PLURALIDADE: INTEGRAÇÃO ESCOLAR E RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS

A diversidade aglomera esses aspetos e exige a diferenciação pedagógica para uma interconexão e interajuda que são fundamentais num acompanhamento global de todos e de cada um em particular.

Criar ferramentas e estratégias de acolhimento é, portanto, imperativo e fundamental para que todos os alunos consigam progredir nas suas aprendizagens e alcançar sucesso educativo.

Portugal tem procurado realizar um caminho de progressão na Educação, com particular destaque para as questões de Inclusão e Equidade. As políticas promotoras da Inclusão e da Equidade receberam, em 2017, um forte impulso, com a publicação do documento “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória”, que desde então se constitui como o referencial nacional para a orientação do ensino obrigatório em Portugal.

Seguiu-se, em 2018, a publicação das novas leis para o Currículo e para a Educação Inclusiva e também um trabalho intenso em torno da promoção da Cidadania.

De acordo com um estudo da OCDE de março de 2021, que avaliou a implementação do regime jurídico da Educação Inclusiva em Portugal, foi considerado que Portugal tem realizado um percurso continuado na construção de uma escola cada vez mais inclusiva através de um conjunto de medidas de política educativa que têm mostrado resultados positivos a vários níveis, destacando-se a forte redução do abandono escolar precoce, que no final de 2021, registou uma taxa de 5,9%. Apesar destes resultados, existem ainda desafios quando é feita uma análise territorial dos resultados escolares, bem como quando se relacionam os resultados dos alunos com os baixos rendimentos das suas famílias e a baixa escolaridade dos pais e se conclui que existe uma correlação positiva.



OS DESAFIOS DA PLURALIDADE: INTEGRAÇÃO ESCOLAR E RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS



Garantir que todos os alunos, independentemente das suas retaguardas e dos seus contextos, realizem aprendizagens de qualidade e significativas, implica, entre outros aspetos, ter docentes e lideranças nas escolas tão bem preparados quanto possível, reconhecendo e sabendo fazer do currículo um espaço de inclusão e de promoção da equidade.

Para tal, impõe-se a existência de planos e de recursos que possam ser utilizados pelos diversos elementos envolvidos na educação e que concorram para o desenvolvimento de todos os alunos.

Em função dos princípios proclamados, consideramos crucial desenhar planos individualizados de acompanhamento e recuperação de aprendizagens para todos os alunos que necessitem dos mesmos, com incidência nos alunos cujo percurso escolar, por motivos vários, não é tão linear e sistemático, se é que assim o possamos designar.

Incorporando o modelo pedagógico do nosso projeto educativo, o cariz humanista da escola Projeto Plural assenta na identidade que engloba a diversidade de pluralidades, com a consciência de que cada percurso plural é sinónimo de uma intervenção imediata e direta com um acompanhamento individual e diferenciado. A equidade equitativa é um dos pilares fundamentais do nosso modelo pedagógico.

Recorrendo ao projeto de Educação Inclusiva do Ministério de Educação, de 2022, procuramos, na construção de cada plano individualizado de acompanhamento e recuperação de aprendizagens, articular o seguinte:

- Gestão da Educação Inclusiva: do diagnóstico à ação
- Diversidade, equidade e inclusão
- Desenho Universal para a Aprendizagem: estratégias
- A inclusão na sala de aula
- Ambientes de aprendizagem inclusivos

O desenvolvimento do Plano de Acompanhamento e Recuperação de Aprendizagens engloba as seguintes conceções:

“As atividades letivas e formativas devem ser realizadas com recurso às metodologias que cada escola considere as mais adequadas, de acordo com as orientações da área governativa da educação, tendo por referência o disposto no Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, na sua redação atual, no Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, bem como o disposto no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e as Aprendizagens Essenciais”.

Os planos elaborados vão ao encontro do quadro da autonomia e flexibilidade curricular concedida às escolas no sentido de poderem definir as respostas educativas mais adequadas à promoção do sucesso escolar dos seus alunos, importa, garantir a integração plena dos alunos, o acesso ao currículo e o sucesso educativo.

Na sua construção deverá ter-se em consideração:

O Acolhimento

Promover um sentimento de pertença ao grupo e à escola, para o desenvolvimento da integração no espaço escolar e para a socialização com os pares, aspetos essenciais ao sucesso das aprendizagens.

A Identificação de conhecimentos, capacidades e atitudes que possam promover ou dificultar a progressão dos alunos.

OS DESAFIOS DA PLURALIDADE: INTEGRAÇÃO ESCOLAR E RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS



Deve-se diagnosticar e identificar o conjunto de conhecimentos, capacidades e atitudes que os alunos não tenham abordado ou consolidado e que se considerem indispensáveis, relevantes e significativos em cada área disciplinar. Trata-se da identificação de aprendizagens não concretizadas que possam vir a impedir os alunos de progredir.

O Alinhamento das respostas organizacionais, curriculares e pedagógicas com as situações diagnosticadas e em função de cada contexto.

A Gestão da Educação Inclusiva é um imperativo ético e pedagógico, que visa promover a equidade, diversidade e participação ativa de todos os alunos no processo educativo. Ao adotar uma abordagem centrada no aluno e na colaboração entre todos os membros da comunidade escolar, podemos criar ambientes educacionais inclusivos e enriquecedores, que permitam a todos os alunos alcançar o seu pleno potencial académico e pessoal.

Apesar dos progressos alcançados, a gestão da educação inclusiva ainda enfrenta diversos desafios, como a falta de recursos e formação adequada, a resistência à mudança e a necessidade de superar estigmas e preconceitos. No entanto, é fundamental reconhecer que a inclusão educativa é um processo contínuo e dinâmico, que requer o compromisso de todos os intervenientes e a adoção de uma abordagem holística e colaborativa.

O presente plano tem como objetivo oferecer suporte individualizado, não somente, aos alunos com necessidades específicas, mas a todos os que necessitem de um acompanhamento mais específico, promovendo a inclusão e a diferenciação pedagógica, conforme delineado no Projeto de Educação Inclusiva do Ministério de Educação de 2022. Reconhecendo a diversidade de habilidades, competências e necessidades dos alunos, este plano visa criar um ambiente educativo que permita a todos os alunos alcançarem o seu pleno potencial.

CAPÍTULO I



"A EDUCAÇÃO É UM DIREITO HUMANO, UM BEM PÚBLICO E UMA RESPONSABILIDADE COLETIVA." (UNESCO, 2021)

Toda a comunidade educativa é um encontro de singularidades. Cada aluno chega à escola trazendo consigo uma história, uma forma própria de compreender o mundo, ritmos distintos de aprendizagem, experiências, expectativas e projetos de vida que fazem da diversidade uma realidade constitutiva da educação. A escola não cria esta pluralidade; acolhe-a, reconhece-a e assume a responsabilidade de a transformar numa oportunidade de crescimento coletivo.

Na Escola Profissional Projeto Plural, esta convicção constitui um princípio identitário. O Projeto Educativo assume a pluralidade como fundamento da sua missão, reconhecendo que educar implica criar condições para que cada aluno encontre o seu lugar na comunidade, desenvolva plenamente as suas capacidades e participe, de forma autónoma, responsável e solidária, na construção de uma sociedade mais justa, mais democrática e mais humana. Neste sentido, a inclusão não se reduz a um conjunto de respostas organizacionais ou pedagógicas. Constitui uma opção ética que orienta a cultura da Escola, a forma como se compreende o currículo, a relação educativa e o próprio significado do sucesso escolar.

A construção de uma escola inclusiva exige, porém, mais do que a afirmação de princípios. Exige a capacidade de transformar valores em práticas, direitos em oportunidades efetivas de aprendizagem e participação, e diversidade em fator de enriquecimento da comunidade educativa. A inclusão concretiza-se na organização da escola, nas decisões curriculares, na avaliação, na diferenciação pedagógica, na cooperação entre profissionais, no envolvimento das famílias e na criação de ambientes educativos onde cada aluno possa aprender, participar, pertencer e construir o seu projeto de vida.

"A EDUCAÇÃO É UM DIREITO HUMANO, UM BEM PÚBLICO E UMA RESPONSABILIDADE COLETIVA." (UNESCO, 2021)

É neste horizonte que se inscreve o presente **Plano Estratégico para a Inclusão e Promoção do Sucesso Escolar**. Em estreita articulação com o Projeto Educativo, este documento traduz o compromisso institucional da Escola Profissional Projeto Plural com uma educação de qualidade para todos, orientando a ação dos diferentes intervenientes educativos através de uma visão integrada da inclusão, da equidade e da promoção do sucesso escolar.

Mais do que um instrumento de planeamento, este Plano constitui uma expressão da identidade da Escola. Assume que a qualidade da educação se mede pela capacidade de responder à diversidade dos alunos, de remover as barreiras que limitam a aprendizagem e a participação e de criar condições para que cada pessoa encontre na Escola um espaço de reconhecimento, pertença e desenvolvimento. Porque uma escola verdadeiramente plural não é aquela que trata todos da mesma forma, mas aquela que reconhece cada aluno na sua singularidade e faz dessa singularidade o ponto de partida para a construção de uma comunidade onde todos aprendem com todos.



ENQUADRAMENTO JURÍDICO



A promoção de uma educação inclusiva constitui hoje um compromisso jurídico, ético e pedagógico assumido pelos sistemas educativos democráticos. Este compromisso resulta de uma evolução progressiva das políticas educativas internacionais, que passaram a reconhecer a diversidade como uma característica inerente às comunidades educativas e a inclusão como um princípio orientador da organização escolar. A educação deixou, assim, de ser entendida apenas como um direito de acesso à escola para afirmar, de forma crescente, o direito de cada criança e jovem a aprender, participar e desenvolver plenamente as suas capacidades num contexto educativo que valorize a diversidade e promova a equidade.

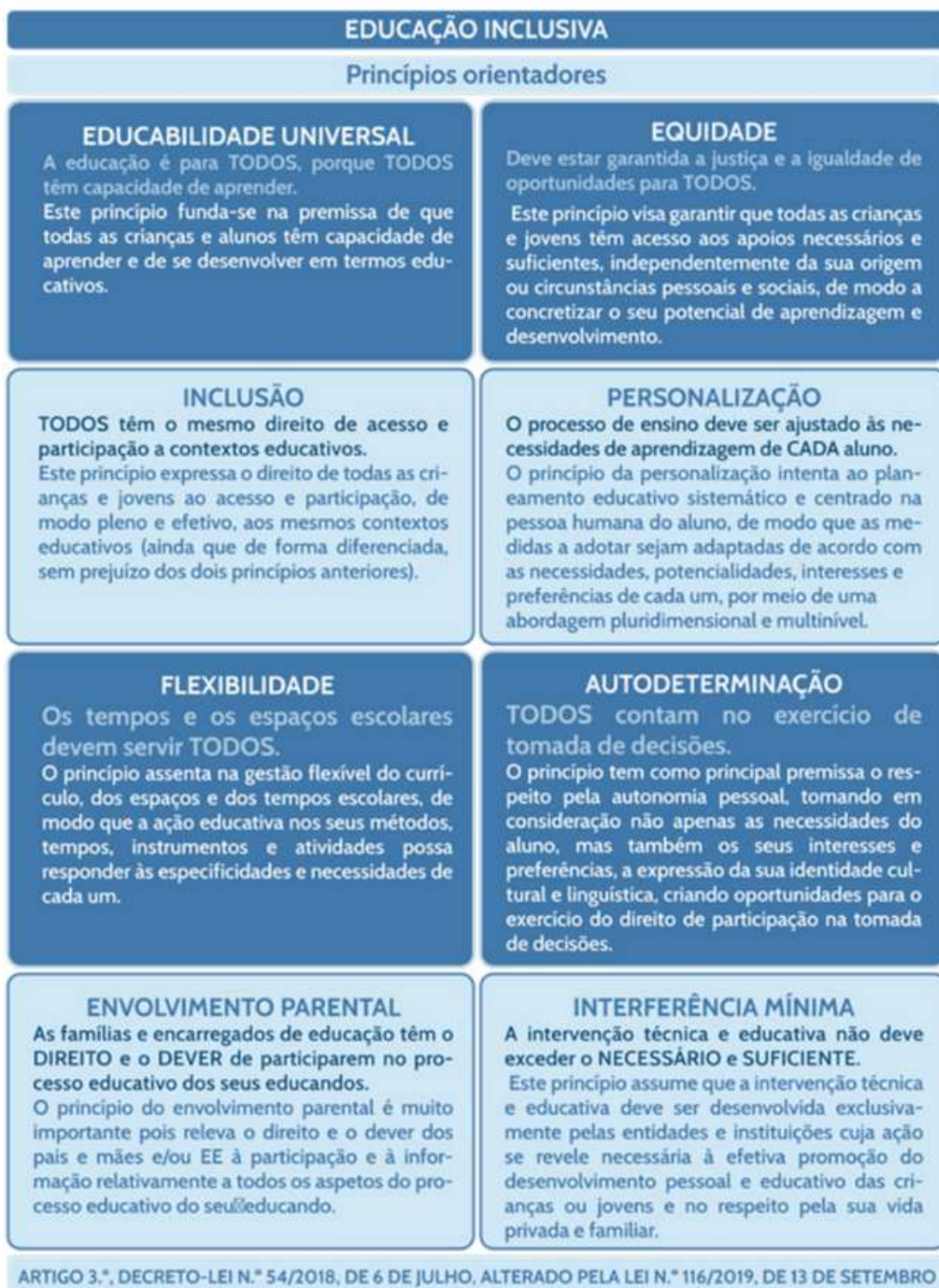
Este percurso encontra fundamento em diversos instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos e do direito à educação, entre os quais se destacam a **Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas, 1948)**, a **Convenção sobre os Direitos da Criança (Organização das Nações Unidas, 1989)**, a **Declaração de Salamanca e Enquadramento de Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais (UNESCO, 1994)**, a **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Organização das Nações Unidas, 2006)** e o **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 da Agenda 2030**, que reafirma o compromisso internacional com uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos (Organização das Nações Unidas, 2015).

Em Portugal, este compromisso concretiza-se através de um conjunto articulado de diplomas legais e orientações nacionais que regulam a organização do sistema educativo e estabelecem os princípios orientadores da educação inclusiva.

Neste âmbito, o **Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho**, constitui o principal referencial normativo, definindo o regime jurídico da educação inclusiva e estabelecendo os princípios, as medidas e os procedimentos que orientam a ação das escolas na promoção da participação, da aprendizagem e do sucesso educativo de todos os alunos. Em articulação com este diploma, o **Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho**, estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios da sua gestão e desenvolvimento, reforçando uma conceção de currículo assente na flexibilidade, na autonomia e na promoção do desenvolvimento integral dos alunos.

O presente Plano Estratégico para a Inclusão e Promoção do Sucesso Escolar inscreve-se neste enquadramento jurídico e institucional, assumindo os princípios consagrados na legislação nacional e articulando-os com a visão educativa expressa no Projeto Educativo da Escola Profissional Projeto Plural. A sua elaboração traduz o compromisso da Escola com uma cultura organizacional orientada pela equidade, pela valorização da diversidade, pela participação de todos os alunos e pela promoção de respostas educativas capazes de garantir o direito de cada um a uma educação de qualidade.

Com o objetivo de assegurar a fidelidade ao quadro legal em vigor e de facilitar a consulta dos principais referenciais normativos por parte da comunidade educativa, apresenta-se de seguida a reprodução das disposições estruturantes do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, preservando integralmente a redação oficial do diploma.



Quadro 1: Princípios orientadores da Educação Inclusiva em Portugal

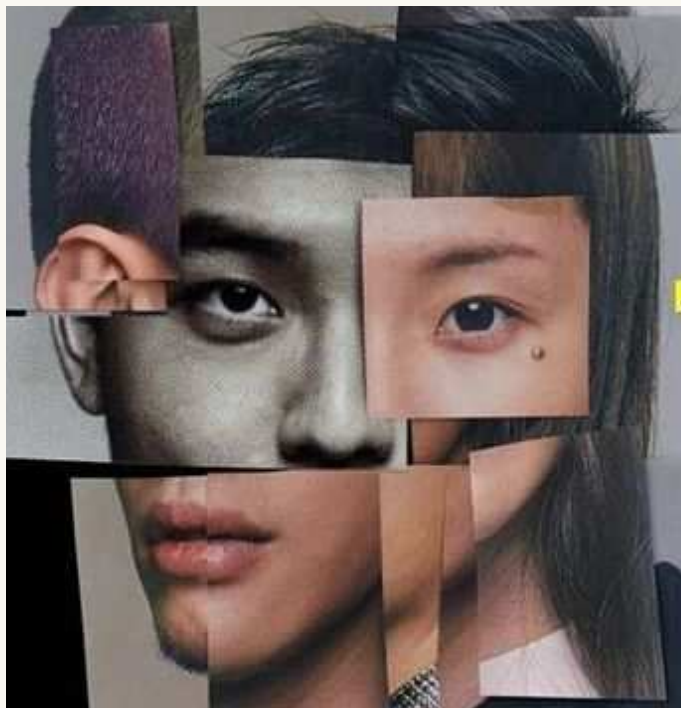
Fonte: Direção Geral da Educação - DGE (adaptado)

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Princípios Orientadores

DECRETO-LEI

N.º 54/2018



O novo regime jurídico da Educação Inclusiva, resultante da publicação do Decreto-lei n.º 54/2018, de 6 de julho e alterado pela Lei n.º 116/2019 de 13 de setembro, articula-se com outros normativos legais: o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória (homologado pelo Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho), a Autonomia e Flexibilidade Curricular (publicada pelo Decreto-lei n.º 55/2018, de 6 de julho) e as Aprendizagens Essenciais (homologado pelo Despacho n.º 6944-A/2018 de 19 de julho).

Este diploma identifica as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, as áreas curriculares específicas, bem como os recursos específicos a mobilizar para responder às necessidades educativas de todos os alunos ao longo do seu percurso escolar, nas diferentes ofertas de educação e formação (cf. n.º 2 do art.º 1.º).

Medidas de suporte à aprendizagem

Universais

Seletivas

Adicionais

Mobilização das medidas

Decidida ao longo do percurso escolar, em função das necessidades educativas do aluno.

Medidas de diferentes níveis podem ser aplicadas simultaneamente.

Definição das medidas

Feita com base em evidências que decorram da monitorização, avaliação e eficácia das medidas de resposta educativa, tendo em consideração os fatores que facilitam e dificultam a aprendizagem e progresso do aluno, nomeadamente fatores do contexto escolar e familiar e individuais.

As medidas seletivas e adicionais são determinadas pela equipa multidisciplinar ouvidos os pais e outros profissionais que intervêm diretamente com o aluno.



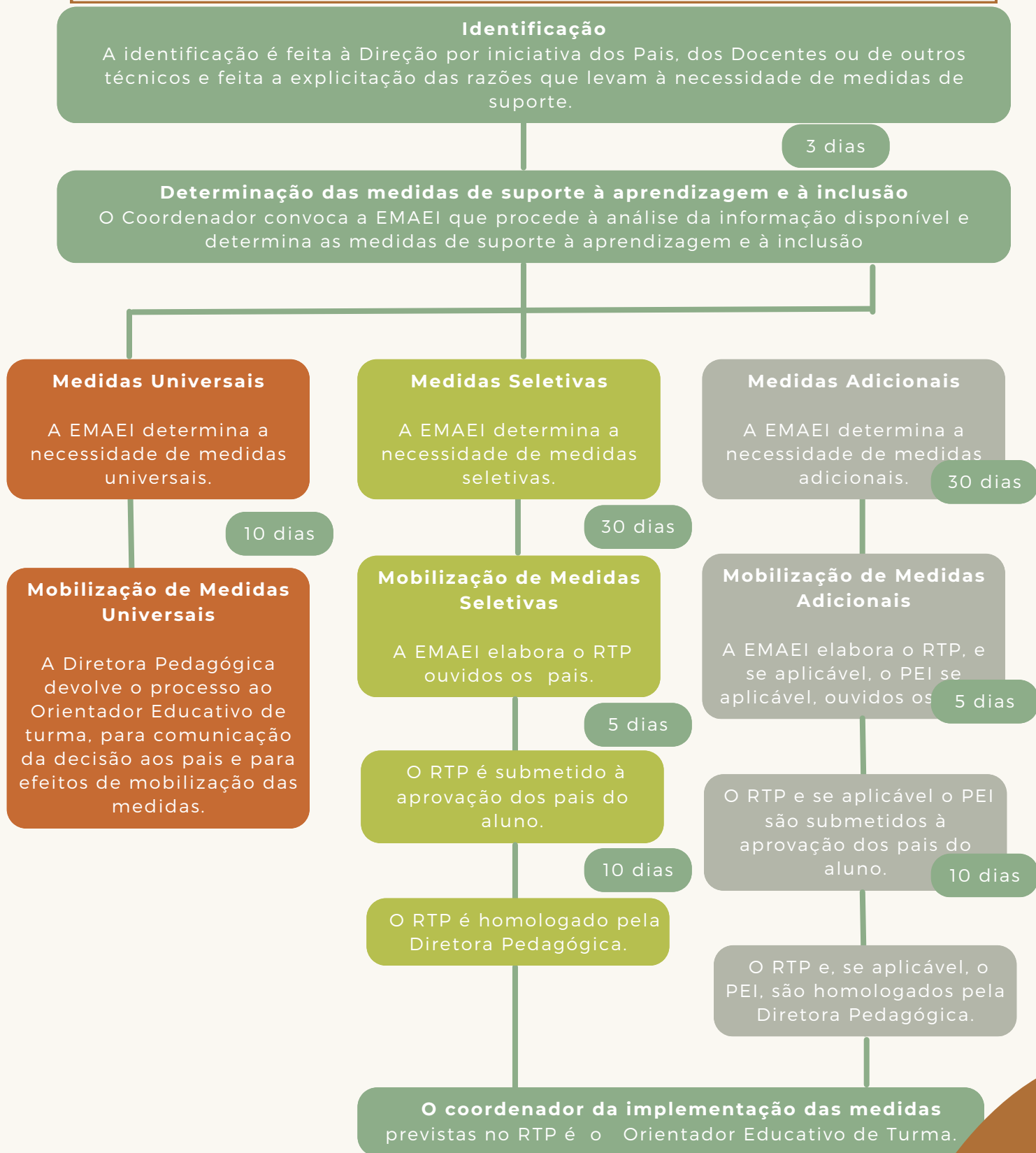
PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO DE MEDIDAS DE SUPORTE À APRENDIZAGEM E À INCLUSÃO



A determinação das medidas universais são da responsabilidade do professor titular de turma/titular da disciplina. O professor deve planificar a(s) aula(s) de modo a eliminar as barreiras ao processo de ensino aprendizagem e potenciar as oportunidades de aprendizagem de todos e de cada um dos alunos. Para tal, deve recorrer a diversas opções de envolvimento dos alunos, de apresentação da informação e de expressão das aprendizagens para permitir o acesso e a aprendizagem de todos os alunos (cf. abordagem do Desenho Universal para Aprendizagem). Isto implica uma planificação intencional e estratégica, com recurso a metodologias e estratégias de ensino, materiais e formas de avaliação flexíveis, suportada no conhecimento dos alunos.

A implementação destas medidas são fundamentais para prevenir dificuldades no processo de ensino-aprendizagem.

A identificação de alunos para a EMAEI deve ocorrer apenas quando o professor já esgotou todas as estratégias e recursos e, mesmo assim, considera que o aluno necessita de medidas e suporte suplementares para aprender e progredir na aprendizagem. Para tal, deve recolher evidências sobre a eficácia das estratégias e medidas implementadas e sobre os produtos da aprendizagem dos alunos.



MEDIDAS DE SUPORTE À APRENDIZAGEM E À INCLUSÃO

MEDIDAS UNIVERSAIS



As medidas universais correspondem às respostas que a escola mobiliza para todos os alunos de forma a garantir o seu progresso e a participação. Considerando princípios subjacentes ao DL 54/2018, as medidas universais consideram a individualidade de todos e de cada um dos alunos através da mobilização de ações e estratégias integradas e flexíveis.

A mobilização e operacionalização das medidas universais depende da escola e dos seus profissionais, sustentando-se especialmente nos modelos de enquadramento da legislação (abordagem multinível e desenho universal para a aprendizagem).

A abordagem multinível informa a atuação em áreas específicas como sejam a promoção de comportamento pro social e intervenção com foco académico numa perspetiva alargada e compreensiva de escola.

O desenho universal para aprendizagem é particularmente útil na operacionalização das medidas em sala de aula.

A determinação e a implementação das medidas universais são da responsabilidade dos docentes titulares de turma ou do professor da disciplina. Estas medidas, incluindo a identificação dos alunos, devem constar dos respetivos Planos de Turma e das atas de avaliação de final de período. Sempre que necessário, estas medidas são aplicadas em parceria com o docente de educação especial, no que respeita à diferenciação dos meios e materiais de aprendizagem e de avaliação.

MEDIDAS DE SUPORTE À APRENDIZAGEM E À INCLUSÃO

MEDIDAS UNIVERSAIS



MEDIDA	DEFINIÇÃO	EXEMPLOS PRÁTICOS
Diferenciação pedagógica	Estratégias de ensino diversificadas e modelos de organização do trabalho variados, de modo a facilitar o acesso à aprendizagem. As estratégias de diferenciação pedagógica podem incluir alterações no conteúdo, no processo e no produto como sejam a diversidade de atividades, os modos flexíveis de organizar os grupos/alunos, o apoio da parte do professor ou dos colegas ou a diversidade de processos de avaliação, em particular formativa (Tomlinson, 2008).	A diferenciação pedagógica pode consistir, entre outras possibilidades, em considerar: • organização flexível de grupos de alunos segundo os seus interesses, nível de preparação, perfil de aprendizagem; • verificar a compreensão das instruções por todos os alunos; • fornecer tarefas e trabalhos diferentes aos alunos conforme as suas dificuldades de aprendizagem e ritmo de progressão; • ajustar o material ou informação ensinados aos alunos à sua capacidade de leitura e compreensão; • propor atividades desafiantes, mas adequadas ao nível de complexidade, autonomia, ritmo do(s) aluno(s), o que implica usar textos em mais do que um nível de leitura, materiais e recursos variados e sistemas de apoio variados; • disponibilizar material suplementar; • oferecer aos alunos opções entre tópicos a serem explorados em maior profundidade; • dar a oportunidade de escolha aos alunos acerca de aspetos de um tópico no qual se podem especializar ou ajudá-los a fazer corresponder um interesse pessoal a um objetivo de compreensão; • encorajar os alunos a compreenderem uma ideia através de uma forma preferida de aprendizagem; • fornecer referenciais ou ferramentas organizacionais; • explorar a interdisciplinaridade das noções e dos conceitos.

MEDIDAS DE SUPORTE À APRENDIZAGEM E À INCLUSÃO

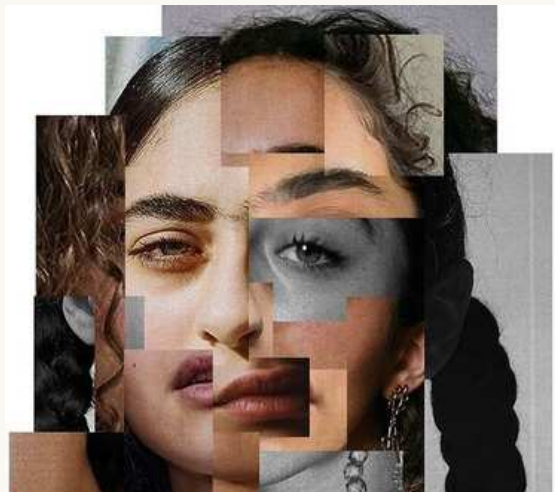
MEDIDAS UNIVERSAIS



MEDIDA	DEFINIÇÃO	EXEMPLOS PRÁTICOS
Diferenciação pedagógica		• proporcionar oportunidades de trabalhar em grupo; • propor a realização de uma mesma tarefa com e em diferentes materiais; • adequar o tempo de realização de tarefas ao aluno; • apresentar os conceitos recorrendo a múltiplas representações; • usar maneiras diferentes de completar tarefas, testes e atividades; • usar os produtos da aprendizagem como forma de ajudar os seus alunos a verem ser aplicadas no mundo real na abordagem de situações ou problemas reais ideias e capacidades com as quais contactam na escola; • apoiar o uso de variadas formas de expressão, materiais e tecnologias por parte dos alunos; • recurso à autoavaliação ou avaliação de pares, formativa e sumativa, baseada em critérios de conteúdo e produção; • outros.
Acomodações curriculares	Medidas de gestão curricular que permitem o acesso ao currículo e às atividades de aprendizagem na sala de aula através da diversificação e da combinação adequada de vários métodos e estratégias de ensino, da utilização de diferentes modalidades e instrumentos de avaliação, da adaptação de materiais e recursos educativos e da remoção de barreiras na organização do espaço e do equipamento, planeadas para responder aos diferentes estilos de aprendizagem de cada aluno, promovendo o sucesso educativo (artigo 2.º, DL 54/2018). Não há lugar a alterações no currículo, mas na forma como o acesso ao mesmo é proporcionado.	• Consultar os anexos 5, 6 e 13 do manual de apoio à prática (DGE).

MEDIDAS DE SUPORTE À APRENDIZAGEM E À INCLUSÃO

MEDIDAS UNIVERSAIS



MEDIDA	DEFINIÇÃO	EXEMPLOS PRÁTICOS
Enriquecimento curricular	Projetos, ações e estratégias de promoção e desenvolvimento de competências acadêmicas, pessoais e sociais contribuindo para o desenvolvimento integrado do potencial de cada um dos alunos.	• A frequência de projetos de desenvolvimento educativo; • A participação em atividades de projetos de âmbito local, nacional e internacional; • Parlamento dos Jovens; • Escola Promotora de Saúde (EPS); • Eco-Escola; • Oficinas Artes.
Promoção do comportamento pro-social	Projetos, ações e estratégias de promoção de competências pro sociais, desenvolvidas ao nível da escola e da sala de aula. A intervenção é focada essencialmente no domínio comportamental (atitudes e valores; gestão do comportamento; cidadania; expectativas pessoais; saber ser; saber estar; saber fazer), numa perspetiva de desenvolvimento pessoal, interpessoal e de participação social. Esta intervenção é da responsabilidade do psicólogo, dos docentes e dos assistentes operacionais.	• recurso a regras simples e claras; • implementação de um sistema de gestão de comportamento; • permissão intencional de saídas e ou entradas da sala de aula para pequenas pausas.
Intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos	Projetos, ações e estratégias de promoção de competências académicas e comportamentais, desenvolvidas ao nível da escola e da sala de aula. A intervenção é realizada, sobretudo, pelo psicólogo ou por docentes junto de um pequeno grupo de alunos que reúnam perfis e características similares, centrando-se em ações de promoção do sucesso educativo e no reajuste de práticas comportamentais e ou motivacionais.	• apoio educativo/pedagógico acrescido; • sala de estudo; • tutoria com diretor de turma; • outros.

MEDIDAS DE SUPORTE À APRENDIZAGEM E À INCLUSÃO

MEDIDAS SELETIVAS



As medidas seletivas dirigem-se a alunos que evidenciam necessidades de suporte à aprendizagem que não foram supridas em resultado da aplicação de medidas universais.

A mobilização de medidas seletivas implica a elaboração de relatório técnico-pedagógico pela equipa multidisciplinar.

Nas situações em que a equipa multidisciplinar conclui pela necessidade de medidas seletivas de suporte à aprendizagem e à inclusão, deverá elaborar o relatório técnico-pedagógico, submetê-lo à aprovação dos pais, datado e assinado por estes e, sempre que possível, pelo aluno. Somente após este procedimento é homologado pelo Diretor Pedagógico.

As medidas seletivas são operacionalizadas pelo Orientador Educativo da Turma, em articulação com todos os docentes.

A avaliação da sua eficácia é realizada pela EMAEI, de acordo com o definido no RTP.

MEDIDAS DE SUPORTE À APRENDIZAGEM E À INCLUSÃO

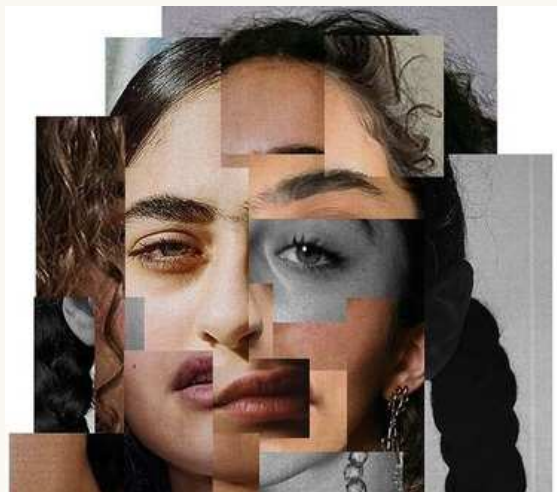
MEDIDAS SELETIVAS



MEDIDA	DEFINIÇÃO	EXEMPLOS PRÁTICOS
Percursos curriculares diferenciados	Oferta educativa e formativa da escola que contempla a diferenciação de percursos.	Integração em turmas de Percursos Curriculares Alternativos Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF).
Adaptações curriculares não significativas	As medidas de gestão curricular que não comprometem as aprendizagens previstas nos documentos curriculares, podendo incluir adaptações ao nível dos objetivos e dos conteúdos, através da alteração na sua priorização ou sequenciação, ou na introdução de objetivos específicos de nível intermédio que permitam atingir os objetivos globais e as aprendizagens essenciais, de modo a desenvolver as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (artigo 2.º, DL 54/2018).	Para a sua operacionalização existe um formulário específico onde os docentes efetivam as adaptações curriculares não significativas e procedem à respetiva avaliação. A formulação poderá ser feita por período ou anual e por disciplina ou área disciplinar, sendo da responsabilidade do respetivo docente.

MEDIDAS DE SUPORTE À APRENDIZAGEM E À INCLUSÃO

MEDIDAS SELETIVAS



MEDIDA	DEFINIÇÃO	EXEMPLOS PRÁTICOS
Apoio psicopedagógico	Concretiza-se, preferencialmente de forma indireta, através da capacitação dos professores e outros agentes educativos, para que possam intervir na resolução de problemas comportamentais, para potenciar a sua prática pedagógica e para desenvolver nos alunos estratégias de autorregulação da aprendizagem, da tomada de decisão e da resolução de problemas. O apoio psicopedagógico tem como principal objetivo otimizar o processo de ensino e de aprendizagem e a aquisição de estratégias fundamentais para a performance académica.	O apoio psicopedagógico é tutelado pelo psicólogo, pelos docentes da educação especial e/ou pelos restantes docentes ou outros técnicos que intervêm com o aluno. Constitui-se como um acompanhamento sistemático, focado na promoção das áreas lacunares previamente identificadas, visando a promoção do sucesso pessoal, social e académico.
Antecipação e o reforço das aprendizagens	Antecipação e reforço de conteúdos determinados em função das necessidades e progressos dos alunos tendo em vista o acesso ao currículo.	• Apoio da responsabilidade dos docentes da área disciplinar.
Apoio tutorial	Modalidades de apoio tutorial desenvolvidas em pequeno grupo ou individualmente com alunos identificados tendo por base um perfil específico. Este apoio pretende envolver os alunos nas atividades educativas, nomeadamente, através do planeamento e da monitorização do seu processo de aprendizagem, numa perspetiva de autorregulação das aprendizagens, incrementando, deste modo, o bem-estar e a adaptação às expectativas académicas e sociais.	• Apoio tutorial específico.

MEDIDAS DE SUPORTE À APRENDIZAGEM E À INCLUSÃO

MEDIDAS ADICIONAIS



As medidas adicionais destinam-se a alunos que apresentam **dificuldades acentuadas e persistentes** ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem não supridas pelas medidas universais e seletivas, exigindo recursos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão.

As medidas adicionais a implementar devem estar explicitadas no relatório técnico-pedagógico, do qual faz parte integrante o Programa Educativo Individual sempre que sejam propostas adaptações curriculares significativas.

As medidas adicionais são operacionalizadas com os recursos materiais e humanos disponíveis na escola, privilegiando-se o contexto de sala de aula. A avaliação da sua eficácia compete à EMAEI, de acordo com o definido no RTP.

MEDIDAS DE SUPORTE À APRENDIZAGEM E À INCLUSÃO

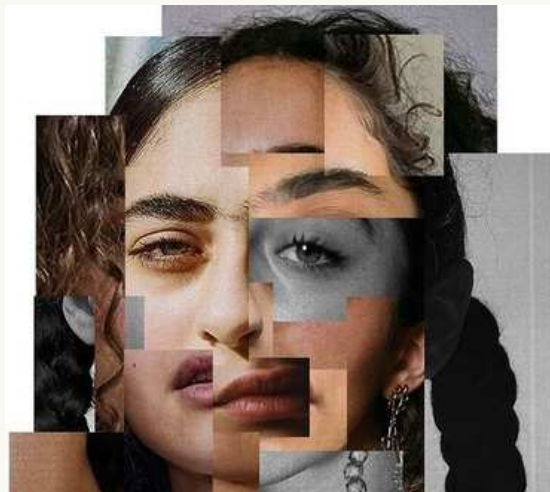
MEDIDAS ADICIONAIS



MEDIDA	DEFINIÇÃO	EXEMPLOS PRÁTICOS
Frequência do ano de escolaridade por disciplinas	Frequência por disciplinas em função das necessidades e progressos dos alunos tendo em vista o acesso ao currículo.	Por exemplo, um aluno matriculado no 5.º ano, frequenta metade das disciplinas no ano letivo 2019/2020 e no ano letivo seguinte frequenta as restantes disciplinas.
Adaptações curriculares significativas	As medidas de gestão curricular que têm impacto nas aprendizagens previstas nos documentos curriculares, requerendo a introdução de outras aprendizagens substitutivas e estabelecendo objetivos globais ao nível dos conhecimentos a adquirir e das competências a desenvolver, de modo a potenciar a autonomia, o desenvolvimento pessoal e o relacionamento interpessoal (artigo 2.º, DL 54/2018).	A implementação desta medida pressupõe a elaboração de um PEI. O PEI é concebido para cada aluno e resulta de uma planificação centrada na sua pessoa. Contém a identificação e a operacionalização das adaptações curriculares significativas, integra as competências e as aprendizagens a desenvolver, a identificação das estratégias de ensino e das adaptações a efetuar no processo de avaliação, promovendo a autonomia, o desenvolvimento pessoal e social e a garantia do sucesso global do aluno. A avaliação da eficácia é da responsabilidade do conselho de turma e fica registado na respetiva ata.

MEDIDAS DE SUPORTE À APRENDIZAGEM E À INCLUSÃO

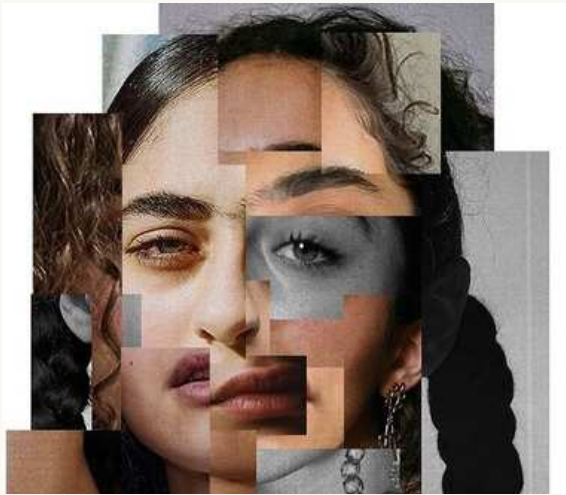
MEDIDAS ADICIONAIS



MEDIDA	DEFINIÇÃO	EXEMPLOS PRÁTICOS
Plano Individual de Transição	O plano individual de transição elabora-se para cada aluno que frequenta a escolaridade com adaptações curriculares significativas, três anos antes de atingir o limite da escolaridade obrigatória. O plano individual de transição é um conjunto coordenado e interligado de atividades delineadas para cada aluno, visando garantir a oportunidade, o acesso e o apoio à transição da escola para as atividades pós-escolares e, sempre que possível, para o exercício de uma atividade profissional.	Este plano é desenhado de acordo com as necessidades individuais, os interesses, as competências e as expectativas do aluno e da sua família e, deste modo, complementa o programa educativo individual, tendo como perspectiva proporcionar as oportunidades e as capacidades que promovam a autodeterminação, a inclusão e a participação em todos os aspetos da vida adulta. Para os alunos cujas capacidades lhes limitem o exercício de uma atividade profissional no futuro, deve focalizar-se na identificação de atividades ocupacionais adequadas aos seus interesses e capacidades.
Desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado	O ensino estruturado traduz-se num conjunto de princípios e estratégias que, com base na estruturação externa do espaço, tempo, materiais e atividades, promovem uma organização interna que permite facilitar os processos de aprendizagem e de autonomia das pessoas com Perturbação do Espectro do Autismo (PEA), diminuindo a ocorrência de problemas de comportamento. Através do ensino estruturado é possível: -Fornecer uma informação clara e objetivadas rotinas; - Manter um ambiente calmo e previsível; -Atender à sensibilidade do aluno aos estímulos sensoriais; - Propor tarefas diárias que o aluno é capaz de realizar; - Promover a autonomia. A criação de situações de ensino/aprendizagem estruturadas minimiza as dificuldades de organização e sequencialização, proporcionando segurança, confiança e ajuda ao aluno com PEA.	• Implementar e desenvolver um modelo de ensino estruturado, consistindo na aplicação de um conjunto de princípios e estratégias que promovam a organização do espaço, do tempo, dos materiais e das atividades; • Aplicar e desenvolver metodologias de intervenção interdisciplinares que, com base no modelo de ensino estruturado, facilitem os processos de aprendizagem, de autonomia e de adaptação ao contexto escolar;

MEDIDAS DE SUPORTE À APRENDIZAGEM E À INCLUSÃO

MEDIDAS ADICIONAIS



MEDIDA	DEFINIÇÃO	EXEMPLOS PRÁTICOS
Desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social	É uma área transversal que visa desenvolver o relacionamento do aluno consigo próprio, com os outros e com o mundo, num processo de desenvolvimento de atitudes, valores e disposições que constituem as bases de uma cidadania autónoma, consciente e solidária.	As competências são desenvolvidas por todos os intervenientes educativos numa lógica articulada, integrada e contextualizada.



Constituem adaptações ao processo de avaliação:

- diversificação dos instrumentos de recolha de informação, tais como, inquéritos, entrevistas, registos vídeo ou áudio;
- enunciados em formatos acessíveis, nomeadamente braille, tabelas e mapas em relevo, daisy, digital;
- interpretação em LGP;
- utilização de produtos de apoio;
- tempo suplementar para realização da prova;
- transcrição das respostas;
- leitura de enunciados;
- utilização de sala separada;
- pausas vigiadas;
- código de identificação de cores nos enunciados.

ADAPTAÇÕES AO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

(artigo 28.º)



A definição e identificação de adaptações ao processo de avaliação interna compete ao conselho de turma. As adaptações ao processo de avaliação devem surgir de forma integrada no processo de ensino aprendizagem do aluno. Estas adaptações devem ser fundamentadas e registadas em ata e nos documentos em vigor no agrupamento.

Para que as adaptações possam constituir fatores de equidade, importa ter presente que:

- Os alunos devem ser ouvidos sobre a identificação das adaptações a introduzir no processo de avaliação;
- As adaptações ao processo de avaliação devem ter por base as características de cada aluno em particular;
- As adaptações no processo de avaliação têm como finalidade possibilitar que o aluno evidencie a aquisição de conhecimentos, capacidades e atitudes e competências técnicas quando aplicável;
- As adaptações usadas no processo de avaliação sumativa devem ser coerentes com as usadas no processo de ensino e de aprendizagem;
- Uma nova adaptação não deve ser introduzida durante o processo de avaliação sem que o aluno já se encontre familiarizado com a mesma;
- A necessidade de adaptações ao processo de avaliação é, em norma, transversal às diferentes disciplinas.



Constituem adaptações no processo de avaliação:

- uso de pistas visuais;
- uso de dicionários;
- lembretes de regras;
- uso de exemplos da vida real;
- debates/brainstorming;
- tempo disponibilizado;
- grupos cooperativos;
- uso da tecnologia;
- uso de um quadro com vocabulário;
- ensino de verificação ortográfica, nomeadamente através da soletração;
- uso de vocabulário previamente ensinado;
- provas orais;
- materiais de leitura gravados em áudio;
- leituras curtas;
- uso de exemplos concretos ou suportes visuais no ensino de conceitos abstratos;
- uso de notas fotocopiadas;
- técnicas de avaliação variadas;
- escolha múltipla, respostas curtas, preenchimento de espaços em branco, correspondência, etc;
- uso frequente de questionários curtos;
- permissão de pausas durante um teste;
- realização de testes sem limite de tempo;
- fazer revisões utilizando questões semelhantes às dos testes;
- possibilitar testes orais;
- permitir o uso do processador de texto;
- permitir o uso da calculadora;
- fornecer testes em formato ampliado;
- realizar testes com consulta do livro;
- realizar o teste em sala à parte;
- fornecer folha de resposta de acordo com a disciplina (ex.: papel quadriculado para matemática);
- fornecer testes/exames em formatos alternativos. Ex.: áudio, Braille, etc.

Adaptado de Anexo 6 do Manual de Apoio à Prática Direção-Geral da Educação (2018)



Documento 1	Identificação de Necessidades	Serve para solicitar reunião de EMAEI para identificação de medidas de suporte suplementares às Medidas Universais	REG.074/01
Documento 2		Monitorização da implementação das medidas	REG.074/01
Documento 3	RTP	Relatório Técnico-Pedagógico	Anexo 16 e 17 do Manual de Apoio à Prática
Documento 4	RTP	Serve para operacionalizar as Adaptações Curriculares Não Significativas	REG.074/01
Documento 5	PEI	Programa Educativo Individual	Anexo 19 do Manual de Apoio à Prática
Documento 6	PEI Anexo	Serve para Operacionalizar as Adaptações Curriculares Significativas	REG.074/01
Documento 7	PIT	Plano Individual de Transição.	Anexo 20 do Manual de Apoio à Prática
Documento 8	APA	Adaptações ao processo de avaliação para alunos sem RTP	REG.074/01
Documento 9	Lei n.º54/2018 de 6 de julho	Estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão de todos e de cada um dos alunos	Para uma Educação Inclusiva - Manual de Apoio à Prática

DOCUMENTOS DE SUPORTE

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DA IGUALDADE DE ACESSO À EQUIDADE NA APRENDIZAGEM

Queremos uma Escola que para além da oportunidade do acesso, seja capaz de acomodar a diversidade e necessidades de todos os alunos. Melhorar o sucesso, potenciar os apoios aos alunos com dificuldades, reduzir drasticamente o abandono, melhorar a motivação e o empenho dos alunos na aprendizagem, aproximar, enfim, as famílias da escola. Uma escola que integre, participada, justa e não discriminatória.

(Projeto Educativo (2025-28, EPPPlural, p. 15).

O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória constitui o referencial orientador das opções curriculares e pedagógicas da Escola, enquadrando o desenvolvimento de competências que articulam conhecimentos, capacidades, atitudes e valores, numa perspetiva de formação integral da pessoa e de preparação para o exercício de uma cidadania democrática, responsável e participativa (Martins et al., 2017).



CAPÍTULO II

Fundamentos Conceptuais da Educação Inclusiva

A educação inclusiva representa uma das mais significativas transformações conceptuais das políticas educativas das últimas décadas. Mais do que um conjunto de medidas dirigidas a determinados grupos de alunos, constitui um paradigma que orienta a organização dos sistemas educativos para a promoção da participação, da aprendizagem e do desenvolvimento integral de todos os alunos, reconhecendo a diversidade como uma característica inerente às comunidades educativas e uma oportunidade para a construção de contextos de aprendizagem mais equitativos e de maior qualidade.

A consolidação da educação inclusiva representa uma mudança substancial desta perspetiva. O foco deixa de centrar-se nas limitações atribuídas ao aluno para se deslocar para a identificação e eliminação das barreiras existentes nos contextos educativos, reconhecendo que as dificuldades de aprendizagem e de participação resultam frequentemente da interação entre as características individuais e os ambientes físicos, pedagógicos, sociais e organizacionais em que a aprendizagem ocorre.

Esta mudança encontra expressão em diversos instrumentos internacionais, designadamente na **Declaração de Salamanca** (UNESCO, 1994), na **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência** (Nações Unidas, 2006) e no **Global Education Monitoring Report – Inclusion and Education: All Means All** (UNESCO, 2020), que afirmam a inclusão como um processo permanente de transformação dos sistemas educativos, orientado para a remoção das barreiras à aprendizagem e à participação.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DA IGUALDADE DE ACESSO À EQUIDADE NA APRENDIZAGEM



No contexto europeu, reforçam-se diversas iniciativas que validam a importância da equidade, da inclusão e da qualidade da educação como dimensões indissociáveis. A **Recomendação do Conselho da União Europeia, de 28 de novembro de 2022**, relativa aos percursos para o sucesso escolar, sublinha que a promoção do sucesso educativo exige respostas sistémicas capazes de prevenir o insucesso, reduzir as desigualdades e assegurar que todos os alunos beneficiam de oportunidades efetivas de aprendizagem ao longo do seu percurso escolar. Esta abordagem articula inclusão, equidade e qualidade educativa, reconhecendo que o sucesso escolar constitui uma responsabilidade coletiva das comunidades educativas.

Em Portugal, este paradigma encontra expressão no **Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho**, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva e reafirma a necessidade de organizar as respostas educativas a partir das potencialidades, necessidades e contextos de cada aluno, mobilizando medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão que promovam a participação de todos na vida da escola. Em articulação com o **Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho**, este enquadramento reforça uma conceção de currículo flexível, orientada para o desenvolvimento das competências inscritas no **Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória**, valorizando a autonomia das escolas e a adequação das respostas educativas às características dos seus alunos.

Esta compreensão da educação inclusiva converge com a visão expressa no Projeto Educativo da Escola Profissional Projeto Plural. Há um claro reconhecimento de que a diversidade não representa uma exceção à ação educativa, mas a realidade a partir da qual esta se constrói. Promover uma educação inclusiva significa, neste contexto, desenvolver uma cultura organizacional que valorize cada aluno, reconheça os diferentes percursos de aprendizagem e crie condições para que todos possam participar ativamente na vida da comunidade educativa, descobrir e valorizar as suas potencialidades e projetar, com autonomia e confiança, o seu futuro. O presente Plano assume, por isso, a inclusão e a promoção do sucesso escolar como dimensões inseparáveis de um mesmo compromisso institucional com a qualidade da educação, a equidade e a dignidade da pessoa humana.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO PARADIGMA DA QUALIDADE EDUCATIVA



A educação inclusiva afirma-se, na atualidade, como um princípio estruturante da qualidade educativa, reconhecendo que a excelência de um sistema de ensino não se mede apenas pelos resultados acadêmicos alcançados, mas também pela sua capacidade de assegurar que todos os alunos aprendem, participam e desenvolvem plenamente o seu potencial. Nesta perspetiva, inclusão, equidade e qualidade deixam de constituir dimensões independentes para se afirmarem como componentes indissociáveis de uma mesma visão da educação.

Esta compreensão encontra expressão nas orientações internacionais mais recentes, que defendem a construção de sistemas educativos capazes de responder à diversidade dos alunos através da eliminação das barreiras à aprendizagem e à participação, da valorização das diferenças individuais e da criação de ambientes educativos acessíveis, flexíveis e promotores de sucesso. A educação inclusiva deixa, assim, de ser entendida como um conjunto de respostas destinadas a grupos específicos de alunos, assumindo-se como um princípio orientador da organização da escola, do currículo, das práticas pedagógicas e da avaliação (UNESCO, 2020; EASNIE, 2022).

No contexto nacional, esta visão encontra correspondência no regime jurídico da educação inclusiva e nas orientações da Direção-Geral da Educação, que sublinham a responsabilidade das escolas na criação de respostas educativas que reconheçam a diversidade como uma característica inerente a qualquer contexto de aprendizagem. O foco desloca-se da identificação das limitações dos alunos para a análise dos contextos educativos e para a mobilização dos recursos necessários à remoção das barreiras que condicionam a aprendizagem, a participação e o bem-estar de todos (DGE, 2022).

Esta abordagem implica compreender que a inclusão não constitui uma responsabilidade exclusiva de determinadas estruturas ou profissionais especializados. Pelo contrário, envolve toda a comunidade educativa e traduz-se na construção de uma cultura organizacional baseada na corresponsabilização, na colaboração interdisciplinar e na reflexão contínua sobre as práticas pedagógicas. Neste sentido, a escola inclusiva caracteriza-se pela capacidade de antecipar a diversidade dos seus alunos, planificar respostas flexíveis e promover contextos de aprendizagem em que cada aluno encontra oportunidades efetivas para aprender, participar e progredir.

Na Escola Profissional Projeto Plural, esta visão articula-se diretamente com o Projeto Educativo, que assume a pluralidade como elemento estruturante da identidade institucional e reconhece a diversidade como uma oportunidade de enriquecimento da comunidade educativa. A promoção da inclusão e do sucesso escolar constitui, por isso, uma responsabilidade transversal a todos os intervenientes, orientando a organização pedagógica, a gestão curricular, a ação tutorial, a relação com as famílias e os processos de melhoria contínua desenvolvidos pela Escola. Nesta perspetiva, a qualidade educativa constrói-se através da capacidade de criar respostas que conciliem exigência académica, equidade, participação e desenvolvimento integral de cada aluno.

A CAPACIDADE INSTITUCIONAL PARA RESPONDER À DIVERSIDADE

A concretização de uma educação inclusiva depende menos da existência de respostas isoladas e mais da capacidade da escola para se organizar como uma comunidade profissional de aprendizagem. A investigação tem demonstrado que as escolas que promovem melhores níveis de participação, aprendizagem e sucesso escolar são aquelas que desenvolvem culturas colaborativas, mecanismos de reflexão sistemática sobre as práticas e processos de tomada de decisão sustentados na análise das necessidades dos alunos e dos contextos educativos. A inclusão deixa, assim, de ser entendida como um conjunto de intervenções individuais para se afirmar como uma característica da própria organização escolar.

Nesta perspetiva, a resposta educativa constrói-se através da articulação entre liderança, currículo, pedagogia, avaliação, trabalho colaborativo e gestão dos recursos disponíveis. A eficácia das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão depende, por isso, da capacidade da escola para mobilizar estes diferentes domínios de forma integrada, assegurando que as decisões pedagógicas decorrem de uma análise contextualizada e partilhada, e não da aplicação automática de procedimentos previamente definidos.

O documento **Gestão da Educação Inclusiva** (DGE, 2022) reforça esta abordagem ao evidenciar que a construção de ambientes educativos inclusivos exige uma gestão estratégica assente na colaboração entre os diferentes profissionais, na valorização da autonomia das escolas e na monitorização contínua das práticas implementadas. A melhoria das respostas educativas constitui, assim, um processo permanente de reflexão, ajustamento e aprendizagem organizacional, no qual a identificação das potencialidades e das necessidades dos alunos se articula com a avaliação crítica dos contextos em que essas aprendizagens se desenvolvem.



Nesta lógica, a inclusão deixa de constituir uma responsabilidade circunscrita à Equipe Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva ou aos serviços especializados. A sua concretização depende do envolvimento articulado dos órgãos de direção, dos docentes, dos orientadores educativos, dos serviços de apoio, dos assistentes operacionais, dos alunos, das famílias e dos parceiros da comunidade, numa lógica de corresponsabilização e de construção coletiva de soluções. É esta capacidade institucional de mobilizar pessoas, conhecimentos e recursos que sustenta a criação de ambientes educativos capazes de responder à diversidade dos percursos escolares.

Na Escola Profissional Projeto Plural, esta visão encontra expressão na articulação entre o Projeto Educativo, o Plano Estratégico para a Inclusão e Promoção do Sucesso Escolar, a Política da Qualidade EQAVET e os restantes instrumentos de planeamento e monitorização institucional. Esta articulação favorece uma abordagem integrada da ação educativa, em que a inclusão deixa de constituir um domínio autónomo para se afirmar como um princípio transversal à gestão pedagógica, à melhoria contínua e à construção de uma cultura organizacional orientada para a aprendizagem, a participação e o sucesso de todos os alunos.

Quadro 1 – Eixos estruturantes da capacidade institucional para a educação inclusiva

Dimensão	Expressão na organização da Escola
Liderança pedagógica	Promove uma visão partilhada da inclusão, orientando a ação educativa para a melhoria contínua e para o sucesso escolar.
Cultura organizacional	Valoriza a diversidade, a colaboração, a corresponsabilização e a participação de toda a comunidade educativa.
Organização curricular e pedagógica	Desenvolve respostas flexíveis e contextualizadas, adequadas às características, potencialidades e necessidades dos alunos.
Trabalho colaborativo	Favorece a articulação entre docentes, EMAEI, Orientador Educativo, famílias e parceiros da comunidade.
Avaliação e monitorização	Sustenta a tomada de decisão através da análise sistemática das práticas, dos resultados e das oportunidades de melhoria.
Melhoria contínua	Integra a inclusão como um processo permanente de reflexão, inovação pedagógica e desenvolvimento organizacional.



APRENDIZAGEM, PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA AÇÃO EDUCATIVA

A finalidade última da educação inclusiva reside na criação de condições que permitam a cada aluno aprender, participar e desenvolver plenamente as suas potencialidades, num ambiente educativo que reconheça a diversidade como uma dimensão constitutiva da aprendizagem. Nesta perspetiva, a promoção do sucesso escolar não se traduz exclusivamente na obtenção de resultados académicos, mas na construção de percursos educativos significativos, capazes de favorecer o desenvolvimento cognitivo, pessoal, social e profissional de cada aluno, respeitando a singularidade dos seus percursos e das suas experiências.

Esta conceção implica compreender a aprendizagem como um processo dinâmico, contínuo e contextualizado, resultante da interação entre o aluno, os profissionais da educação, os pares, os ambientes de aprendizagem e a comunidade envolvente. Consequentemente, a participação assume um papel estruturante, não apenas enquanto presença física nos diferentes contextos educativos, mas como envolvimento ativo nas experiências de aprendizagem, nas relações interpessoais e na vida da comunidade escolar. Aprender e participar constituem, assim, dimensões inseparáveis de um mesmo processo de desenvolvimento humano e educativo.

Neste contexto, a ação educativa orienta-se pela identificação das potencialidades de cada aluno, pela valorização das suas capacidades e pela criação de oportunidades que promovam uma participação progressivamente mais autónoma, responsável e significativa. Esta abordagem exige que as decisões pedagógicas sejam sustentadas numa avaliação contínua das aprendizagens e dos contextos em que estas ocorrem, favorecendo respostas ajustadas, flexíveis e fundamentadas na evidência recolhida ao longo do percurso escolar.



APRENDIZAGEM, PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA AÇÃO EDUCATIVA

O documento **Gestão da Educação Inclusiva** (Direção-Geral da Educação, 2022) reforça esta perspetiva ao salientar que a promoção da aprendizagem e da participação constitui uma responsabilidade partilhada por toda a comunidade educativa, exigindo uma ação articulada entre os diferentes profissionais, as famílias e os parceiros da comunidade. Nesta lógica, a melhoria das aprendizagens decorre da capacidade da escola para criar ambientes educativos acessíveis, acolhedores e pedagogicamente intencionais, onde cada aluno encontre oportunidades efetivas para participar, aprender e progredir.

Na Escola Profissional Projeto Plural, estes princípios encontram expressão numa prática educativa que procura conciliar exigência académica, acompanhamento personalizado e valorização das diferentes formas de aprender e de participar. A promoção do sucesso escolar assume, por isso, uma natureza multidimensional, reconhecendo que educar significa muito mais do que transmitir conhecimentos: significa criar oportunidades para que cada aluno descubra as suas capacidades, desenvolva o seu sentido crítico, participe plenamente na vida coletiva e encontre o seu lugar no mundo.

PEDAGOGIA INCLUSIVA: REFERENCIAIS PARA A AÇÃO EDUCATIVA

A concretização dos princípios da educação inclusiva exige uma abordagem pedagógica capaz de responder à diversidade dos percursos de aprendizagem, assegurando que cada aluno dispõe de oportunidades efetivas para aceder ao currículo, participar nas atividades educativas e demonstrar as aprendizagens realizadas. Neste contexto, a qualidade da ação educativa depende da capacidade de planificar experiências de aprendizagem que conciliem intencionalidade pedagógica, flexibilidade organizacional e rigor científico, promovendo respostas ajustadas aos diferentes contextos e às características dos alunos.

Esta perspetiva encontra expressão no quadro normativo nacional, que reconhece a autonomia das escolas e dos docentes na gestão do currículo e na adoção de estratégias pedagógicas adequadas às especificidades dos seus contextos educativos. A flexibilidade curricular constitui, assim, um instrumento que permite adequar o ensino às necessidades dos alunos sem comprometer as Aprendizagens Essenciais nem as competências definidas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, reforçando uma visão da aprendizagem centrada no desenvolvimento integral da pessoa.

Neste enquadramento, a **diferenciação pedagógica** assume-se como uma dimensão estruturante da prática docente. Mais do que responder às dificuldades evidenciadas por alguns alunos, implica antecipar a diversidade presente em qualquer grupo de aprendizagem, diversificando metodologias, recursos, formas de organização do trabalho e processos de avaliação. A pedagogia inclusiva deixa, deste modo, de assentar em adaptações pontuais para privilegiar um planeamento que considere, desde o início, a variabilidade dos alunos e das formas de aprender.

Esta abordagem converge com os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), ao preconizar a criação de ambientes educativos acessíveis e flexíveis, capazes de oferecer múltiplas formas de envolvimento, de representação da informação e de expressão das aprendizagens. A adoção destes princípios contribui para reduzir barreiras, ampliar as oportunidades de participação e favorecer percursos educativos mais equitativos, beneficiando todos os alunos e não apenas aqueles que necessitam de medidas específicas de suporte.

A avaliação pedagógica acompanha esta lógica, assumindo uma função reguladora do processo de ensino e aprendizagem. A recolha e interpretação sistemática de evidências permitem fundamentar as decisões pedagógicas, reajustar estratégias, monitorizar o progresso dos alunos e identificar novas oportunidades de melhoria, contribuindo para uma prática docente reflexiva e sustentada.



Na Escola Profissional Projeto Plural, estes referenciais traduzem-se numa conceção pedagógica que valoriza o planeamento colaborativo, a inovação metodológica, a integração de diferentes recursos educativos e a articulação entre os vários instrumentos de gestão curricular. A ação educativa procura, assim, assegurar que a diversidade constitui um ponto de partida para a construção de experiências de aprendizagem exigentes, significativas e acessíveis, em coerência com o Projeto Educativo e com os princípios orientadores do presente Plano.



Quadro 2 – Dimensões da prática pedagógica inclusiva

Dimensão	Concretização pedagógica
Planeamento pedagógico	Conceção intencional de experiências de aprendizagem flexíveis e ajustadas à diversidade dos alunos.
Flexibilidade curricular	Gestão do currículo em função dos contextos, assegurando o desenvolvimento das Aprendizagens Essenciais e das competências do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.
Diferenciação pedagógica	Diversificação de metodologias, recursos, formas de organização do trabalho e processos de avaliação.
Desenho Universal para a Aprendizagem	Antecipação da variabilidade dos alunos através de múltiplas formas de envolvimento, representação e expressão das aprendizagens.
Avaliação pedagógica	Utilização sistemática de evidências para apoiar a regulação do ensino, a tomada de decisão e a melhoria das aprendizagens.
Colaboração profissional	Planeamento, implementação e monitorização das práticas educativas em articulação entre docentes, EMAEI, Orientador Educativo e restantes intervenientes educativos.

A IDENTIFICAÇÃO E REMOÇÃO DAS BARREIRAS À APRENDIZAGEM E À PARTICIPAÇÃO

A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva exige uma mudança de percepção na compreensão das dificuldades que podem surgir ao longo do percurso escolar. Em vez de centrar a análise nas limitações do aluno, a educação inclusiva orienta a atenção para os fatores que, em cada contexto, condicionam o acesso, a participação e o progresso nas aprendizagens. Esta perspetiva reconhece que muitas das dificuldades vivenciadas pelos alunos resultam da interação entre as suas características, os ambientes educativos, a organização pedagógica e as condições em que decorre o processo de ensino e aprendizagem.

Nesta abordagem, as barreiras à aprendizagem e à participação podem assumir natureza diversa. Podem decorrer da organização curricular, das metodologias de ensino, dos processos de avaliação, da utilização de recursos educativos, das condições físicas e tecnológicas dos espaços, das formas de comunicação, das expectativas relativamente aos alunos ou das dinâmicas de relacionamento existentes na comunidade educativa. A sua identificação exige, por isso, uma análise sistemática dos contextos educativos e das condições que favorecem ou dificultam o desenvolvimento de percursos de aprendizagem significativos.

A remoção destas barreiras constitui uma responsabilidade coletiva e um processo contínuo de melhoria das práticas educativas. Implica uma observação atenta dos contextos de aprendizagem, uma avaliação pedagógica sustentada em evidências e uma tomada de decisão colaborativa, orientada para a definição das respostas mais adequadas às necessidades identificadas. Neste processo, a mobilização das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão representa apenas uma das dimensões da intervenção educativa, devendo articular-se com a organização pedagógica, a gestão curricular, a ação tutorial, a colaboração entre profissionais e o envolvimento das famílias.

Esta conceção encontra plena expressão no documento Gestão da Educação Inclusiva (Direção-Geral da Educação, 2022), ao defender que a melhoria das respostas educativas depende da capacidade da escola para refletir criticamente sobre os seus contextos, mobilizar os recursos disponíveis e promover práticas sustentadas na colaboração e na monitorização contínua. A educação inclusiva afirma-se, assim, como um processo permanente de desenvolvimento organizacional, no qual a remoção das barreiras constitui um indicador da qualidade das práticas e da capacidade da escola para responder à diversidade dos seus alunos.

Na Escola Profissional Projeto Plural, este princípio traduz-se numa cultura institucional que privilegia a prevenção, a intervenção precoce, a cooperação entre estruturas e a avaliação sistemática das práticas educativas. A identificação das barreiras não tem como finalidade categorizar os alunos, mas compreender os fatores que condicionam a sua participação e aprendizagem, permitindo fundamentar decisões pedagógicas mais ajustadas, promover respostas flexíveis e reforçar o compromisso da Escola com uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva.



Quadro 3 – Barreiras à aprendizagem e à participação: dimensões de análise

Dimensão	Exemplos de barreiras	Orientação para a ação educativa
Pedagógica	Estratégias de ensino pouco diversificadas; organização uniforme das atividades.	Diferenciação pedagógica, metodologias ativas e planeamento flexível.
Curricular	Dificuldades no acesso ao currículo ou na gestão dos percursos de aprendizagem.	Gestão curricular flexível e mobilização das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão.
Avaliativa	Instrumentos de avaliação pouco diversificados ou desajustados.	Avaliação pedagógica contínua, diversificada e reguladora das aprendizagens.
Organizacional	Rigidez na organização de tempos, espaços ou recursos.	Organização flexível e colaborativa da resposta educativa.
Relacional e social	Baixas expectativas, dificuldades de participação ou de pertença.	Promoção de uma cultura de participação, respeito e corresponsabilização.

CAPÍTULO III

UMA VISÃO ESTRATÉGICA PARA UMA ESCOLA DE TODOS E PARA TODOS

Modelo de governação da educação inclusiva

A concretização de uma educação inclusiva exige uma governação assente numa visão estratégica, colaborativa e partilhada, capaz de mobilizar toda a comunidade educativa em torno de objetivos comuns. Neste contexto, a governação da inclusão ultrapassa a dimensão administrativa ou procedimental, constituindo um processo contínuo de liderança, coordenação, monitorização e melhoria das práticas educativas, orientado para a promoção da aprendizagem, da participação e do sucesso escolar.

Na Projeto Plural, a governação da educação inclusiva estrutura-se através de uma rede de responsabilidades complementares, sustentada na articulação entre os órgãos de direção, as estruturas de coordenação pedagógica, a Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), os Conselhos de Turma, os Orientadores Educativos, os docentes, os assistentes operacionais, os alunos, as famílias e as entidades parceiras. Esta organização favorece uma tomada de decisão partilhada, fundamentada na análise dos contextos educativos e na avaliação contínua das respostas implementadas.

Esta lógica colaborativa traduz uma conceção sistémica da escola, na qual a promoção da inclusão constitui uma responsabilidade coletiva e não uma competência circunscrita a uma estrutura ou a um grupo específico de profissionais. Cada interveniente assume um papel próprio, de acordo com as competências que lhe são legalmente atribuídas, contribuindo para a construção de respostas articuladas, coerentes e ajustadas às necessidades identificadas. A eficácia desta intervenção depende, por isso, da qualidade da comunicação entre as diferentes estruturas, da partilha de informação relevante e da corresponsabilização na tomada de decisões.

O documento **Gestão da Educação Inclusiva** (Direção-Geral da Educação, 2022) sublinha que a liderança das escolas assume um papel determinante na consolidação de culturas inclusivas, promovendo processos de colaboração, reflexão e monitorização que favoreçam a melhoria das práticas pedagógicas e organizacionais. Nesta perspetiva, a governação da educação inclusiva não se limita à coordenação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão; implica criar condições para que todas as decisões pedagógicas e organizacionais sejam orientadas pelos princípios da equidade, da participação e da qualidade educativa.

Na Escola Profissional Projeto Plural, este modelo de governação articula-se de forma integrada com o Projeto Educativo, com o Plano Estratégico para a Inclusão e Promoção do Sucesso Escolar, com a Política da Qualidade EQAVET, com o Plano Anual de Atividades, com o Plano Cultural de Escola e com os restantes instrumentos de gestão pedagógica. Esta articulação reforça a coerência institucional, promove uma visão partilhada da ação educativa e assegura que os processos de planeamento, implementação, monitorização e avaliação convergem para um objetivo comum: garantir que todos os alunos encontram na Escola condições para aprender, participar e construir percursos de realização pessoal, académica e profissional.



Quadro 4 – Modelo de governação da educação inclusiva na Escola Profissional Projeto Plural

Estrutura	Contributo para a educação inclusiva
Direção Pedagógica	Assegura a liderança estratégica, a afetação de recursos e a articulação dos instrumentos de gestão da Escola.
	Coordena a implementação das orientações pedagógicas, acompanha os processos de monitorização e promove a melhoria contínua.
EMAEI	Desenvolve a sua intervenção nos termos do Decreto-Lei n.º 54/2018, apoiando a identificação de barreiras à aprendizagem e à participação, bem como a definição, acompanhamento e monitorização das respostas educativas.
Conselhos de Turma e Orientador Educativo	Promovem a articulação pedagógica, acompanham os percursos dos alunos e asseguram a ligação entre a Escola, as famílias e os restantes intervenientes.
Professores	Concebem, implementam e avaliam práticas pedagógicas inclusivas, em estreita colaboração com as diferentes estruturas educativas.
Alunos, famílias e parceiros	Participam ativamente na construção dos percursos educativos, reforçando a corresponsabilização e a cooperação entre a Escola e a comunidade.

ARTICULAÇÃO ENTRE OS INSTRUMENTOS ESTRATÉGICOS DA ESCOLA

A promoção de uma educação inclusiva e da melhoria do sucesso escolar exige uma abordagem integrada, sustentada na coerência entre os diferentes instrumentos de planeamento, gestão e avaliação que orientam a ação educativa da Escola. Nesta perspetiva, o Plano Estratégico para a Inclusão e Promoção do Sucesso Escolar não constitui um documento autónomo, mas um instrumento estruturante que se articula com a visão institucional definida no Projeto Educativo e com os restantes referenciais estratégicos da Escola Projeto Plural.

Esta articulação assegura que as opções pedagógicas, organizacionais e estratégicas convergem para objetivos comuns, favorecendo uma intervenção consistente, a utilização eficiente dos recursos e a monitorização integrada dos processos de melhoria. Deste modo, a inclusão deixa de ser entendida como uma área específica de atuação para se afirmar como um princípio transversal à organização escolar, influenciando a gestão curricular, a ação pedagógica, a formação, os projetos educativos e os mecanismos de avaliação institucional.

O Projeto Educativo constitui o principal referencial estratégico da Escola, definindo a missão, a visão, os valores e os objetivos que orientam a ação educativa. O presente Plano concretiza esses princípios no domínio da educação inclusiva e da promoção do sucesso escolar, operacionalizando uma visão que reconhece a diversidade como um fator de enriquecimento da comunidade educativa e como uma condição essencial para a construção de uma escola de qualidade.

A articulação com o Plano Anual de Atividades permite traduzir esta estratégia em ações concretas de natureza pedagógica, cultural, científica e comunitária, promovendo experiências de aprendizagem diversificadas e oportunidades de participação ativa para todos os alunos. Do mesmo modo, o Plano Cultural de Escola reforça a dimensão humanista da educação, favorecendo o desenvolvimento da identidade, da cidadania democrática, da literacia cultural e da participação cívica, em consonância com os princípios do Projeto Educativo e do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.



No domínio da melhoria organizacional, a articulação com a Política da Qualidade e com o sistema EQAVET assegura que os processos de planeamento, implementação, monitorização e avaliação se desenvolvem segundo uma lógica de melhoria contínua, sustentada na recolha e análise de evidências. Esta abordagem permite acompanhar a eficácia das medidas implementadas, promover a reflexão sobre as práticas educativas e fundamentar a tomada de decisão, reforçando uma cultura institucional orientada para a inovação, a responsabilidade e a qualidade.

Nesta lógica sistémica, o Plano Estratégico para a Inclusão e Promoção do Sucesso Escolar assume-se como um elemento agregador, promovendo a convergência entre os diferentes instrumentos de gestão da Escola e reforçando a coerência das políticas educativas desenvolvidas pela Escola Profissional Projeto Plural. A sua implementação constitui, por isso, uma responsabilidade institucional partilhada, orientada para a construção de uma organização que aprende, reflete, inova e evolui continuamente em função das necessidades dos seus alunos e dos desafios da sociedade contemporânea.

Quadro 5 – Articulação dos instrumentos estratégicos da Escola

Instrumento estratégico	Finalidade	Articulação com o Plano Estratégico para a Inclusão e Promoção do Sucesso Escolar
Projeto Educativo	Define a missão, a visão, os valores e os objetivos estratégicos da Escola.	Constitui o referencial orientador de todas as opções estratégicas do Plano.
Plano Anual de Atividades	Operacionaliza projetos e atividades pedagógicas ao longo do ano letivo.	Concretiza ações promotoras da inclusão, da participação e do sucesso escolar.
Plano Cultural de Escola	Promove a educação artística, cultural, patrimonial e para a cidadania.	Reforça a inclusão através da participação cultural e do desenvolvimento integral dos alunos.
Política da Qualidade / EQAVET	Promove a monitorização, a avaliação e a melhoria contínua dos processos educativos.	Sustenta os mecanismos de acompanhamento e avaliação do Plano.
Plano de Formação	Desenvolve as competências profissionais dos recursos humanos da Escola.	Reforça a capacitação dos profissionais em matéria de educação inclusiva e inovação pedagógica.



CAPÍTULO IV

OPERACIONALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR

Da visão estratégica à ação educativa

A concretização da educação inclusiva exige que os princípios orientadores da Escola se traduzam em práticas consistentes, sustentadas e avaliáveis. A qualidade de um plano estratégico não reside na enumeração de medidas ou na definição de intenções genéricas, mas na capacidade de transformar uma visão educativa em processos organizacionais e pedagógicos coerentes, articulando os diferentes instrumentos de gestão e mobilizando toda a comunidade educativa em torno de objetivos comuns.

Neste contexto, a operacionalização do presente Plano constitui a expressão prática da estratégia definida pela Escola Profissional Projeto Plural para promover a inclusão, a equidade e o sucesso escolar. Mais do que um conjunto de ações dispersas, representa um processo contínuo de planeamento, implementação, monitorização e melhoria, orientado por uma visão sistémica da educação e sustentado numa cultura institucional de responsabilidade partilhada.

Esta perspetiva encontra fundamento na conceção de melhoria contínua preconizada pelo sistema EQAVET, segundo a qual o desenvolvimento organizacional resulta da capacidade das instituições para planear, executar, avaliar e reajustar continuamente as suas práticas, mobilizando evidências que sustentem a tomada de decisão. Aplicada à educação inclusiva, esta abordagem implica que as respostas educativas sejam permanentemente analisadas, monitorizadas e aperfeiçoadas, promovendo uma cultura profissional assente na reflexão crítica, na colaboração e na inovação pedagógica.



A operacionalização do Plano organiza-se em torno dos quatro Objetivos Estratégicos definidos no Projeto Educativo da Escola Profissional Projeto Plural. Esta opção traduz uma escolha deliberada de coerência institucional, assegurando que a educação inclusiva não constitui uma estratégia paralela, mas uma dimensão transversal da missão educativa da Escola. Cada objetivo estratégico representa uma perspetiva específica da ação educativa; contudo, apenas a sua articulação permite concretizar uma resposta verdadeiramente integrada às necessidades, potencialidades e expectativas dos alunos.

Neste enquadramento, **Educar para a Cidadania** significa construir uma cultura escolar onde a dignidade humana, a participação democrática, o respeito pela diversidade e a promoção dos direitos humanos constituem princípios orientadores das relações educativas e da vida em comunidade. O **Reconhecimento da Comunidade** reforça a convicção de que a aprendizagem se constrói em interação com as famílias, as instituições e os parceiros sociais, valorizando a corresponsabilização e o trabalho em rede. A **Cultura da Qualidade** assegura que todas as decisões se fundamentam na monitorização das práticas, na avaliação dos resultados e na melhoria contínua dos processos organizacionais e pedagógicos. Por sua vez, o **Modelo Pedagógico para um Ensino de Qualidade** traduz o compromisso da Escola com práticas de ensino cientificamente sustentadas, pedagogicamente diferenciadas e orientadas para o desenvolvimento integral de cada aluno.

A articulação destes quatro objetivos permite compreender a educação inclusiva como um processo global de desenvolvimento institucional. A inclusão não se concretiza exclusivamente através das medidas de suporte à aprendizagem previstas na legislação; manifesta-se na forma como a Escola organiza os seus recursos, concebe o currículo, promove a participação, acompanha os percursos escolares, avalia as aprendizagens e constrói relações de confiança entre todos os membros da comunidade educativa. Nesta perspetiva, a operacionalização do Plano constitui um compromisso permanente com a construção de uma escola capaz de aprender sobre si própria, de responder aos desafios emergentes e de renovar continuamente as suas práticas em função das evidências recolhidas e das necessidades identificadas.

É neste enquadramento que se apresenta a matriz estratégica do Plano, a qual estabelece a articulação entre os Objetivos Estratégicos do Projeto Educativo e as prioridades de intervenção que orientarão a ação da Escola ao longo do período de vigência do presente documento.



Quadro 6 – Matriz Estratégica de Operacionalização do Plano

Objetivo Estratégico do Projeto Educativo	Prioridade estratégica no âmbito da Educação Inclusiva e da Promoção do Sucesso Escolar
OE1 – Educar para a Cidadania e para a Dimensão Global do Indivíduo	Promover uma cultura institucional assente na inclusão, na equidade, na participação, na cidadania democrática e no respeito pela diversidade.
OE2 – Ter o Reconhecimento da Comunidade e Ser um Parceiro Estratégico	Consolidar a colaboração entre a Escola, as famílias, os parceiros institucionais e a comunidade, reforçando redes de apoio ao desenvolvimento integral dos alunos.
OE3 – Prosseguir uma Cultura da Qualidade e Melhoria Contínua	Desenvolver processos sistemáticos de monitorização, avaliação e melhoria contínua das práticas inclusivas, sustentados em evidências e na reflexão colaborativa.
OE4 – Ter um Modelo Pedagógico que promova um Ensino de Qualidade e o Sucesso Educativo	Consolidar práticas pedagógicas inclusivas, diferenciadas e inovadoras, assegurando o acesso, a participação, a aprendizagem e o sucesso de todos os alunos.



Prioridades estratégicas de intervenção

A operacionalização da estratégia institucional assenta numa intervenção integrada que reconhece a educação inclusiva como uma responsabilidade transversal a toda a comunidade educativa. As prioridades definidas no presente Plano traduzem os Objetivos Estratégicos do Projeto Educativo em orientações de ação que mobilizam os diferentes intervenientes educativos para a promoção da aprendizagem, da participação, do bem-estar e do sucesso escolar.

Esta intervenção desenvolve-se de forma articulada, evitando respostas isoladas ou centradas exclusivamente em medidas de apoio individual. A diversidade dos percursos escolares exige uma atuação preventiva, sustentada na identificação atempada de fatores de risco, na valorização das potencialidades dos alunos e na construção de respostas pedagógicas flexíveis que favoreçam o desenvolvimento integral de cada um. Neste contexto, a intervenção educativa organiza-se segundo uma lógica de continuidade, acompanhando os alunos desde o seu acolhimento na Escola até à conclusão do respetivo percurso formativo.

A concretização destas prioridades depende da articulação permanente entre a Direção, a Direção Pedagógica, os Orientadores Educativos, a Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva, os docentes, os assistentes operacionais, as famílias e os parceiros da comunidade. Esta atuação colaborativa permite que a análise das necessidades, a definição das estratégias de intervenção, a monitorização dos percursos escolares e a avaliação das respostas educativas se desenvolvam de forma integrada, reforçando a eficácia das medidas implementadas e promovendo uma cultura de corresponsabilização.

Neste enquadramento, **as prioridades estratégicas do Plano organizam-se em torno de quatro dimensões complementares.** A **primeira** visa consolidar uma cultura institucional promotora da cidadania, da inclusão e da participação democrática. A **segunda** reforça a cooperação entre a Escola, as famílias e os parceiros da comunidade, reconhecendo que o sucesso educativo resulta de uma responsabilidade partilhada. A **terceira** centra-se na consolidação de uma cultura de qualidade, sustentada na monitorização contínua, na análise de evidências e na melhoria das práticas educativas. Finalmente, a **quarta** prioridade orienta-se para o fortalecimento de um modelo pedagógico que promova a aprendizagem, a recuperação das aprendizagens, o acompanhamento dos percursos escolares e o desenvolvimento integral dos alunos.



Esta organização permite que todas as ações previstas no presente Plano contribuam, simultaneamente, para a concretização dos Objetivos Estratégicos do Projeto Educativo e para os princípios orientadores da educação inclusiva definidos na legislação nacional, assegurando uma atuação coerente, integrada e sustentável.

Quadro 7 – Prioridades estratégicas de intervenção

Prioridade estratégica	Principais linhas de ação
Promoção da cidadania, da inclusão e da participação	Desenvolvimento de uma cultura escolar promotora da equidade, do respeito pela diversidade, da participação ativa dos alunos e da prevenção de todas as formas de discriminação e exclusão.
Acompanhamento do percurso escolar	Acolhimento, integração, acompanhamento individualizado, monitorização do percurso formativo e reforço da articulação entre os diferentes intervenientes educativos.
Promoção do sucesso e recuperação das aprendizagens	Implementação de estratégias de prevenção do insucesso, recuperação de aprendizagens, conclusão dos módulos em atraso e apoio ao desenvolvimento das competências previstas no perfil profissional e de saída do curso.
Bem-estar, integração e sentimento de pertença	Promoção do bem-estar físico, emocional e social dos alunos, reforçando a sua integração na comunidade educativa e o desenvolvimento de relações positivas.
Articulação com famílias e comunidade	Reforço da colaboração entre a Escola, as famílias, as entidades empregadoras, as instituições locais e os restantes parceiros estratégicos.
Monitorização e melhoria contínua	Acompanhamento sistemático das ações implementadas, análise das evidências recolhidas e definição de medidas de melhoria, em articulação com o sistema EQAVET e os restantes instrumentos de gestão da Escola.



Linhas de intervenção para a promoção da inclusão e do sucesso escolar

A operacionalização da estratégia institucional concretiza-se através das prioridades estratégicas anteriormente identificadas, as quais constituem os domínios de intervenção que orientam a ação educativa da Escola Profissional Projeto Plural. Como já reiterado, estas prioridades não correspondem a áreas de atuação independentes, mas a dimensões interligadas de um mesmo compromisso institucional com a aprendizagem, a participação, o bem-estar e o desenvolvimento integral dos alunos.

Neste enquadramento, a promoção da cidadania, da inclusão e da participação representa o princípio transversal que sustenta toda a ação educativa da Escola. Educar para a cidadania implica criar ambientes de aprendizagem onde cada aluno seja reconhecido na sua singularidade, participe ativamente na vida da comunidade educativa e encontre oportunidades para desenvolver competências pessoais, sociais e cívicas que favoreçam o exercício de uma cidadania responsável, democrática e solidária. A diversidade deixa, assim, de constituir um desafio a ultrapassar para se afirmar como uma oportunidade de enriquecimento coletivo, exigindo práticas educativas que valorizem a equidade, o respeito mútuo e a participação de todos.

Esta cultura inclusiva concretiza-se através de um acompanhamento contínuo do percurso escolar dos alunos. Desde o acolhimento inicial até à conclusão do curso, a Escola promove uma monitorização sistemática dos percursos educativos, procurando identificar precocemente dificuldades, prevenir situações de risco e mobilizar, de forma atempada, os recursos e as respostas educativas mais adequadas. Neste processo, os **Orientadores Educativos** desempenham um papel central na articulação entre docentes, EMAEI, Direção Pedagógica, famílias e restantes intervenientes, assegurando uma visão integrada do percurso de cada aluno.

Em estreita articulação com este acompanhamento, assume particular relevância a promoção das aprendizagens e a recuperação do percurso formativo. A organização modular do ensino profissional exige uma monitorização contínua da evolução dos alunos, privilegiando estratégias preventivas, a recuperação atempada das aprendizagens e a conclusão progressiva dos módulos em atraso. Mais do que recuperar classificações, importa garantir que cada aluno desenvolve as competências previstas no respetivo perfil profissional e conclui o seu percurso formativo em condições de prosseguir estudos ou integrar o mercado de trabalho com sucesso.



Linhas de intervenção para a promoção da inclusão e do sucesso escolar

A qualidade das aprendizagens encontra-se igualmente associada ao bem-estar, à integração e ao sentimento de pertença. A Escola reconhece que os contextos educativos influenciam profundamente o desenvolvimento pessoal e académico dos alunos, promovendo um ambiente seguro, acolhedor e relacionalmente positivo, onde todos se sintam respeitados, valorizados e participantes. O desenvolvimento de competências socioemocionais, a promoção da saúde e do bem-estar, a participação em projetos educativos e o fortalecimento dos vínculos à comunidade escolar constituem fatores determinantes para prevenir o absentismo, o abandono escolar e outras situações de vulnerabilidade.

A concretização desta estratégia exige igualmente uma estreita articulação com as famílias e com os diferentes parceiros da comunidade. A educação inclusiva constitui uma responsabilidade partilhada que ultrapassa os limites da sala de aula, mobilizando instituições, empresas, serviços especializados e entidades locais na construção de respostas educativas integradas. Esta colaboração reforça a capacidade da Escola para responder à diversidade dos percursos dos alunos, favorecendo o seu desenvolvimento integral e a construção de projetos de vida consistentes.

Estas linhas de intervenção desenvolvem-se de forma articulada e sustentam a operacionalização dos Objetivos Estratégicos definidos no Projeto Educativo da Escola Profissional Projeto Plural. A sua concretização traduz-se num conjunto de ações, procedimentos e mecanismos de acompanhamento que serão apresentados nas secções seguintes, constituindo a base da intervenção educativa e da monitorização contínua do presente Plano.



Operacionalização das linhas de intervenção

A concretização das linhas de intervenção definidas no presente Plano traduz-se na implementação de um conjunto articulado de ações educativas, pedagógicas e organizacionais que acompanham os alunos ao longo de todo o seu percurso formativo. Estas ações desenvolvem-se numa lógica preventiva, procurando identificar precocemente fatores que possam comprometer a aprendizagem, a participação e o sucesso escolar, mobilizando, de forma integrada e atempada, os recursos e as respostas educativas mais adequadas.

Continuamos a reiterar que a operacionalização do Plano assenta na ação concertada da Direção, da Direção Pedagógica, dos Orientadores Educativos, da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), dos docentes, dos assistentes operacionais, das famílias e dos parceiros da comunidade. A colaboração entre estas estruturas constitui um fator determinante para a construção de respostas educativas flexíveis, contextualizadas e ajustadas às características, necessidades e potencialidades de cada aluno.

As áreas de atuação apresentadas no quadro seguinte traduzem, de forma integrada, as principais dimensões da intervenção educativa desenvolvida pela Escola Profissional Projeto Plural. A sua implementação é articulada e complementar, contribuindo simultaneamente para a concretização dos Objetivos Estratégicos do Projeto Educativo, para a promoção da educação inclusiva e para o desenvolvimento de percursos escolares de qualidade, orientados para o sucesso, a qualificação e o exercício pleno da cidadania.



Quadro 8 – Áreas de atuação para a operacionalização do Plano

Área de atuação	Objetivo	Principais ações
Acolhimento, integração e acompanhamento do percurso escolar	Promover a integração dos alunos na comunidade educativa e assegurar um acompanhamento contínuo do seu percurso escolar e pessoal.	Acolhimento dos novos alunos; caracterização inicial do percurso escolar; acompanhamento sistemático pelos Orientadores Educativos; articulação entre docentes, EMAEI, Direção Pedagógica e famílias; monitorização da assiduidade, da integração e da evolução escolar.
Promoção das aprendizagens e recuperação do percurso formativo	Prevenir o insucesso escolar, consolidar as aprendizagens e apoiar a conclusão do percurso formativo.	Implementação de estratégias de diferenciação pedagógica; mobilização das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão; recuperação de aprendizagens e de módulos em atraso; acompanhamento individualizado; monitorização do progresso académico.
Bem-estar, participação e desenvolvimento integral	Promover o bem-estar, o sentimento de pertença, a participação ativa e o desenvolvimento pessoal e social dos alunos.	Desenvolvimento de competências socioemocionais; promoção da cidadania e da participação; dinamização de projetos educativos; prevenção do absentismo, da desistência e do abandono escolar; valorização de ambientes educativos seguros, inclusivos e participativos.
Articulação com as famílias, parceiros e comunidade	Reforçar a corresponsabilização educativa e consolidar redes de colaboração que favoreçam o sucesso escolar e a inclusão.	Envolvimento das famílias no acompanhamento do percurso escolar; articulação com entidades parceiras, instituições e serviços especializados; acompanhamento da Formação em Contexto de Trabalho; promoção de iniciativas conjuntas com a comunidade educativa.



APLICAÇÃO PRÁTICA DO PLANO ESTRATÉGICO PARA A INCLUSÃO E PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR

VISÃO

Promover uma escola inclusiva e acolhedora, onde todos os alunos tenham oportunidades equitativas de sucesso educativo, respeitando a diversidade e valorizando as capacidades individuais.

OBJETIVOS

Reduzir as taxas de desistência escolar.

Melhorar os resultados académicos e fomentar o bem-estar dos alunos.

Fomentar a participação ativa dos pais, encarregados de educação e comunidade escolar no processo educativo.

Promover a equidade e a inclusão no sistema educativo, garantindo que todos os alunos tenham acesso a oportunidades de aprendizagem de qualidade.



EQUIDADE

É o princípio fundamental da gestão da educação inclusiva, garantindo que todos os alunos tenham acesso a oportunidades educativas de qualidade, independentemente das suas características individuais ou circunstâncias socioeconómicas.

INCLUSÃO

Reconhecer e valorizar a diversidade dos alunos, promovendo uma cultura escolar inclusiva que respeite e celebre as diferenças individuais.



PRINCÍPIOS ORIENTADORES

PERSONALIZAÇÃO

Adaptar as práticas educativas às necessidades e interesses individuais dos alunos, garantindo que cada aluno receba o apoio necessário para alcançar o seu pleno potencial.

DIVERSIDADE

É vista como um recurso e não como um obstáculo, enriquecendo o ambiente escolar e promovendo uma cultura de respeito, tolerância e inclusão. Valorizar e respeitar a diversidade de habilidades, origens culturais, linguísticas e necessidades específicas dos alunos.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES

PARTICIPAÇÃO

A participação ativa de todos os membros da comunidade escolar é essencial para o sucesso da educação inclusiva, incentivando o envolvimento dos alunos na tomada de decisões e no planejamento das atividades educativas. Promover a participação ativa e significativa de todos os alunos no processo educativo, tanto dentro quanto fora da sala de aula.

COLABORAÇÃO

Entre professores, profissionais de apoio, pais e outros intervenientes é fundamental para a implementação eficaz da educação inclusiva, permitindo a partilha de conhecimentos, experiências e recursos. Fomentar a colaboração entre professores, EMAEI, pais e alunos para garantir o sucesso educativo de cada aluno.





APLICAÇÃO PRÁTICA DO PLANO ESTRATÉGICO PARA A INCLUSÃO E PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR

ESTRATÉGIAS

Diagnóstico e Identificação de Necessidades:

Realizar avaliações iniciais e contínuas para identificar as necessidades educativas específicas de cada aluno.

Implementar medidas de apoio precoce para alunos identificados como estando em risco de insucesso escolar.

Desenvolvimento de Práticas Pedagógicas Inclusivas:

Promover a diferenciação pedagógica para atender às necessidades individuais de aprendizagem de cada aluno.

Integrar atividades práticas, projetos interdisciplinares e tecnologias educativas para tornar o currículo mais acessível e relevante para todos os alunos.

Fomentar a colaboração entre professores para partilha de boas práticas e desenvolvimento profissional contínuo.

APLICAÇÃO PRÁTICA DO PLANO ESTRATÉGICO PARA A INCLUSÃO E PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR

ESTRATÉGIAS

Envolvimento da Comunidade Escolar:

Estabelecer parcerias com os pais, encarregados de educação e membros da comunidade para promover um ambiente escolar acolhedor e inclusivo.

Criar oportunidades para que os pais e encarregados de educação participem ativamente na vida escolar, incluindo reuniões, workshops e eventos escolares.

Promover o voluntariado e o envolvimento da comunidade em projetos educativos e atividades extracurriculares.

Apoio Multidisciplinar:

Estabelecer equipas multidisciplinares para acompanhar de perto o progresso académico e socioemocional dos alunos.

Implementar medidas de apoio personalizado, como tutorias, aconselhamento psicológico e acompanhamento individualizado, de acordo com as necessidades individuais de cada aluno.

Fornecer um apoio integrado e holístico.



APLICAÇÃO PRÁTICA DO PLANO ESTRATÉGICO PARA A INCLUSÃO E PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR

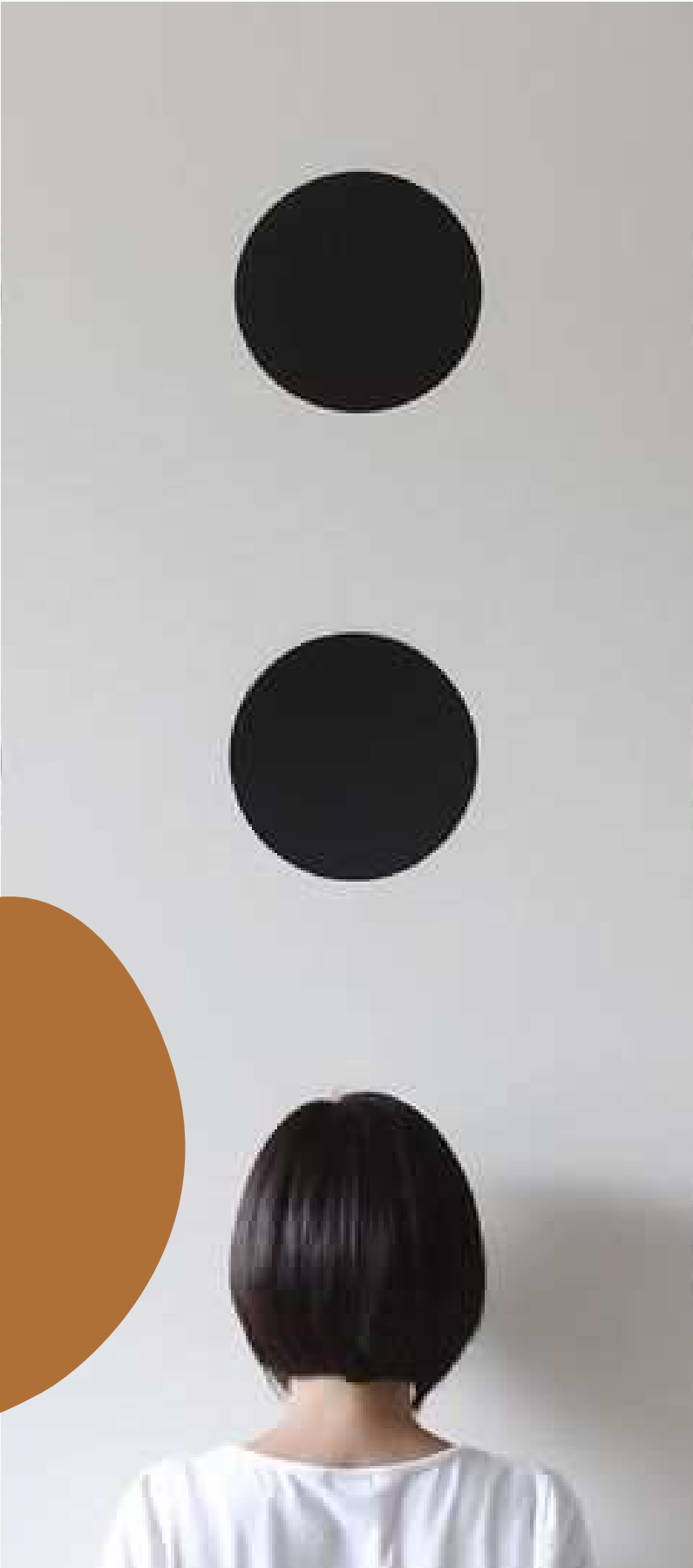
ESTRATÉGIAS

Monitorização e Avaliação Contínua:

Estabelecer indicadores de sucesso e desenvolver sistemas de monitorização para acompanhar o progresso dos alunos ao longo do tempo.

Realizar avaliações regulares para avaliar a eficácia das estratégias implementadas e identificar áreas de melhoria.

Utilizar dados e evidências para orientar a tomada de decisões e ajustar as intervenções conforme necessário.



APLICAÇÃO PRÁTICA DO PLANO ESTRATÉGICO PARA A INCLUSÃO E PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR

IMPLEMENTAÇÃO

Estabelecer uma equipa de implementação responsável pela coordenação e monitorização das ações delineadas no plano estratégico para garantir a implementação eficaz das estratégias.

Desenvolver um plano de comunicação para informar todos os intervenientes sobre o plano estratégico e garantir o seu envolvimento ativo.

Realizar sessões de formação e desenvolvimento profissional para capacitar os educadores e profissionais envolvidos na implementação do plano.

AValiação

Avaliar regularmente o progresso em relação aos objetivos estabelecidos no plano estratégico.

Realizar uma avaliação abrangente no final de cada ciclo para identificar sucessos, desafios e áreas de melhoria.

Utilizar os resultados da avaliação para informar a revisão e atualização contínua do plano estratégico.

ORIENTAÇÕES PARA A CONCRETIZAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO PARA A INCLUSÃO E PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR DOS ALUNOS QUE INGRESSAM NO DECURSO DO ANO ESCOLAR

Autonomia e Flexibilidade Curricular: Pilares da Educação Inclusiva e da Diferenciação Pedagógica

A autonomia e flexibilidade curricular, asseguradas pelo diploma legal às escolas, desempenham um papel crucial na formação contínua dos professores e na implementação das políticas de educação inclusiva. Estes princípios não só capacitam os educadores a adaptar os currículos conforme as necessidades individuais dos alunos, mas também fomentam a diferenciação pedagógica, promovendo um ambiente educativo que valoriza a diversidade e a igualdade de oportunidades.

Ao proporcionar autonomia curricular, o diploma permite aos professores ajustar métodos de ensino e conteúdos educativos para atender às particularidades e ritmos de aprendizagem variados dos estudantes. Isso não apenas torna o processo da aprendizagem mais significativo e acessível, mas também é essencial para a inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas. A diferenciação pedagógica, integrada a essa flexibilidade curricular, permite que os educadores adaptem as suas estratégias para atender às diferentes habilidades, estilos de aprendizagem e interesses dos alunos, garantindo que todos tenham a oportunidade de alcançar o seu máximo potencial.



ORIENTAÇÕES PARA A CONCRETIZAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO PARA A INCLUSÃO E PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR DOS ALUNOS QUE INGRESSAM NO DECURSO DO ANO ESCOLAR

Autonomia e Flexibilidade Curricular: Pilares da Educação Inclusiva e da Diferenciação Pedagógica

Além disso, a flexibilidade curricular viabiliza a incorporação de temas relacionados com a diversidade e com a inclusão nos programas escolares. Isso não apenas sensibiliza os alunos para questões sociais e culturais, mas também promove um ambiente escolar mais acolhedor, onde todos se sentem valorizados e incluídos.

A autonomia e flexibilidade curricular também promovem um ambiente colaborativo entre os educadores, incentivando a troca de experiências e práticas pedagógicas inclusivas. Essa colaboração é fundamental para o desenvolvimento profissional contínuo dos professores, capacitando-os a enfrentar desafios educacionais complexos com confiança e eficácia.

Portanto, ao fortalecer esses princípios através do diploma legal, as escolas não apenas melhoram a qualidade do ensino oferecido, mas também desempenham um papel crucial na promoção da equidade educativa e na preparação de cidadãos conscientes e participativos.

Investir na formação contínua dos professores com base na autonomia, flexibilidade curricular e diferenciação pedagógica é, portanto, essencial para construir uma sociedade mais inclusiva, onde todos os alunos possam prosperar e contribuir de maneira significativa.



A INTEGRAÇÃO ESCOLAR E A RECUPERAÇÃO DE APRENDIZAGENS PARA ALUNOS QUE CHEGAM POSTERIORMENTE À ESCOLA

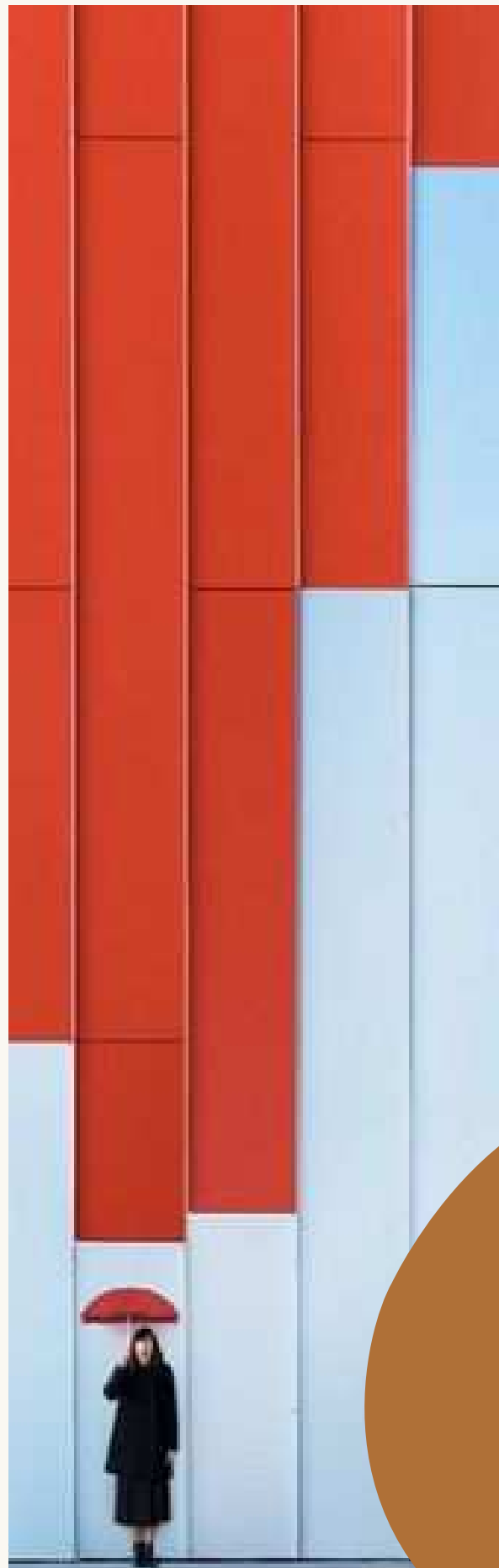
A diversidade é um fator de valorização da comunidade educativa e da aprendizagem. Para que este propósito se cumpra, os alunos que, por motivos vários, chegam mais tarde ao sistema educativo, ou porque são estrangeiros ou porque vêm transferidos de uma outra escola, devem ser abrangidos por medidas de integração efetiva no sistema educativo e, simultaneamente, na sociedade em geral. Efetivamente, a Lei de Bases do Sistema Educativo, o Decreto-Lei n.º 54/2018 e o Decreto-Lei n.º 55/2018, ambos de 6 de julho, e as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar, Despacho n.º 9180/2016, de 19 de julho, já consagram estes propósitos.

Como já reiterado ao longo deste documento, a inclusão vai além do DL 54/2018, estando edificada na flexibilidade curricular e na diferenciação pedagógica.

Enquanto uma escola inclusiva e democrática, cada vez é mais frequente a integração de alunos após o início escolar seja a meio do processo ou mesmo no final.

Partindo dos pressupostos atrás referenciados, enquanto uma escola profissional cujo modelo exige uma frequência de horas específica para a concretização do curso, tornou-se fundamental estruturarmos um modelo de receção e integração destes alunos, repensando metodologias e técnicas de ensino-aprendizagem.

Este processo de integração e acompanhamento tem sido aprimorado e repensado por forma a efetivar melhorias consoante o processo individual de cada aluno, no sentido de que cada um atinja sucesso educativo.



A INTEGRAÇÃO ESCOLAR E A RECUPERAÇÃO DE APRENDIZAGENS PARA ALUNOS QUE CHEGAM POSTERIORMENTE À ESCOLA

Partimos de **princípios** que temos procurado desenvolver continuamente:

- 01** Acolher a diversidade;
- 02** Educar para a diversidade;
- 03** Intervir consoante a informação específica de cada aluno;
- 04** Personalizar o ensino, a aprendizagem e adaptar a avaliação.



A INTEGRAÇÃO ESCOLAR E A RECUPERAÇÃO DE APRENDIZAGENS PARA ALUNOS QUE CHEGAM POSTERIORMENTE À ESCOLA

Temos procurado adotar um conjunto de **estratégias** consoante o nível de cada aluno que aferimos com a aplicação de determinadas etapas:

- 01** Acolhimento;
- 02** Identificação do percurso escolar de cada aluno;
- 03** Avaliação diagnóstica;
- 04** Definição do percurso pedagógico;
- 05** Acompanhamento e apoio específicos;
- 06** Mobilização de todos os intervenientes no processo;

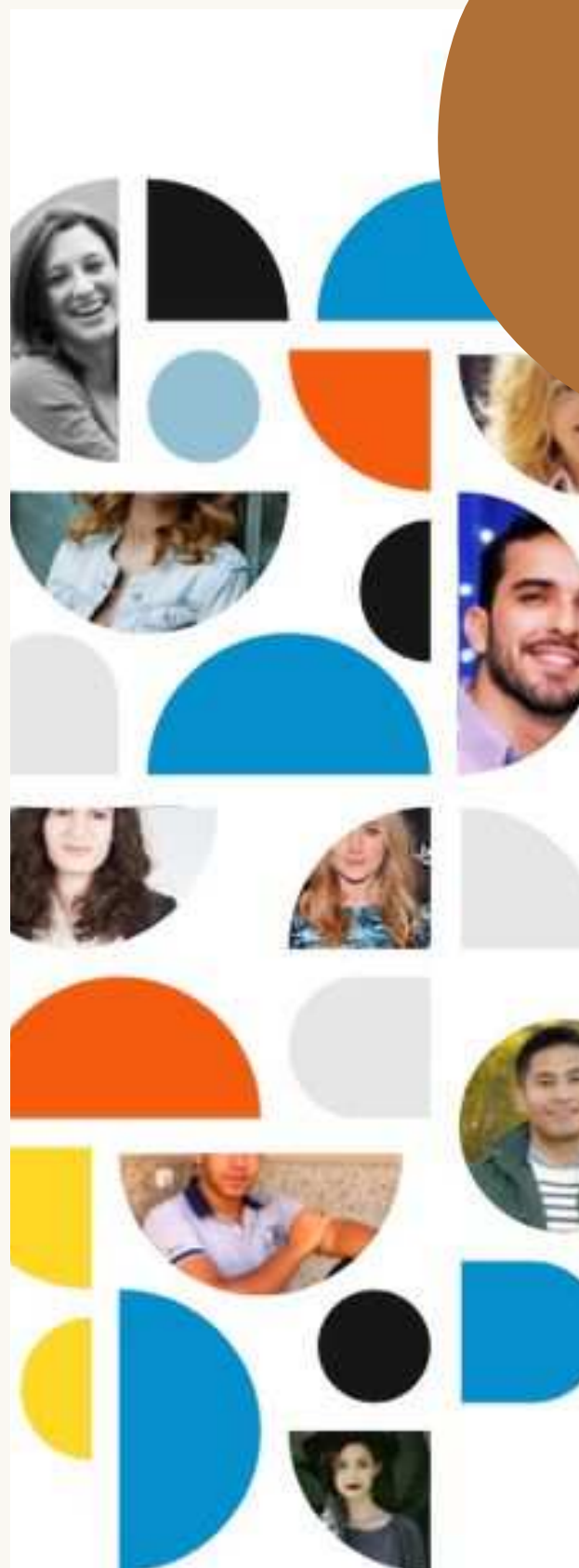


A INTEGRAÇÃO ESCOLAR E A RECUPERAÇÃO DE APRENDIZAGENS PARA ALUNOS QUE CHEGAM POSTERIORMENTE À ESCOLA

Temos procurado adotar um conjunto de **estratégias** consoante o nível de cada aluno que aferimos com a aplicação de determinadas etapas:

07 Mobilização de meios específicos (recursos da escola disponíveis para o acompanhamento no que respeita à aquisição, compreensão e consolidação da língua portuguesa; delineamento de um plano individualizado de trabalho);

08 Monitorização e avaliação – Eficácia; áreas de melhoria; adequação, adaptação das estratégias.



A INTEGRAÇÃO ESCOLAR E A RECUPERAÇÃO DE APRENDIZAGENS PARA ALUNOS QUE CHEGAM POSTERIORMENTE À ESCOLA

Um dos propósitos fundamentais da escola é o de refletir em conjunto para criar respostas eficazes e intencionalmente desenhadas para estes alunos, incluindo nesta reflexão os alunos e as famílias representativos da diversidade cultural da comunidade escolar.

A EPPPlural tem procurado adotar medidas de acompanhamento destes alunos que ingressam na turma do 1.º ano, adaptando as metodologias e individualizando os percursos escolares por forma a aplicar a flexibilidade curricular e a diferenciação pedagógica.

Estes alunos são integrados em salas de estudo para o complemento das matérias e para a compensação das horas não frequentadas, no caso dos estrangeiros.

Além disso, são integrados nos projetos de escola consoante o plano individual de acompanhamento traçado.

Temos procurado desenhar os planos de compensação de horas e de acompanhamento individualizado consoante os critérios e etapas delineadas anteriormente.

Há a repensar a integração de alunos PALOPS e de brasileiros, que ainda que partilhem o português enquanto língua oficial, em determinados casos verificamos uma aquisição da língua portuguesa, de certo modo, mais deficitária e que necessitam de um acompanhamento diferenciado.

Um dos documentos consultados que nos pode auxiliar no acompanhamento destes alunos é sobre a *Inclusão de Alunos Migrantes em Meio Educativo* (Direção Geral da Educação, janeiro, 2024), e que nos mostra que é fundamental assegurar um clima de comunicação e de confiança, onde estes se sintam acolhidos, escutados e valorizados na sua língua materna, cultura e saberes. Sabemos que a questão da língua é uma das áreas de melhoria em que temos de facto de repensar estratégias.



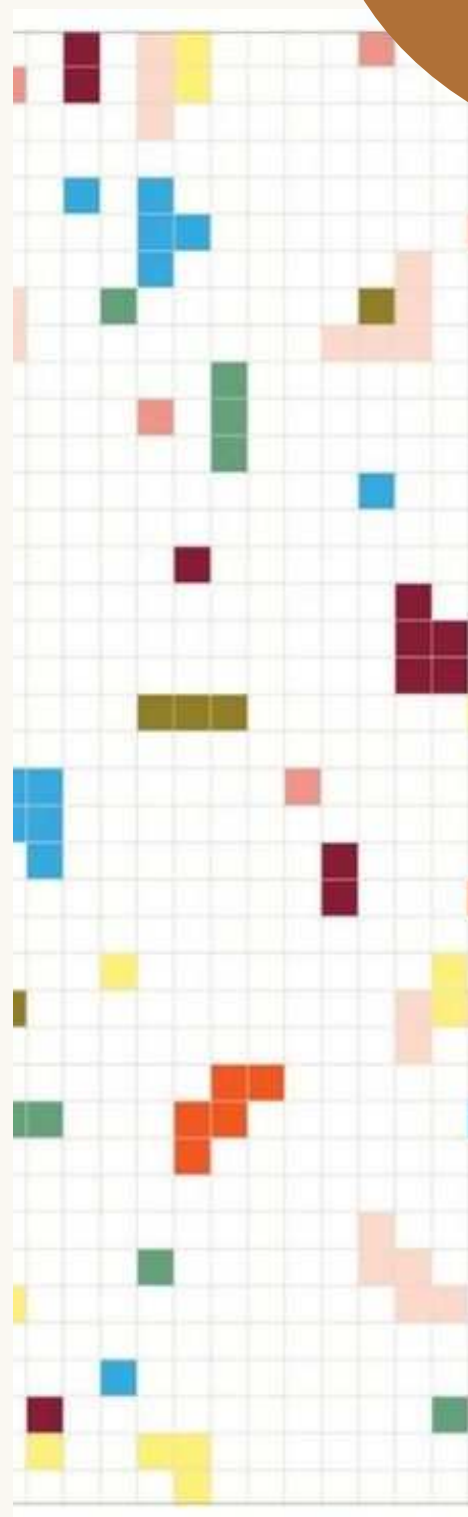
A INTEGRAÇÃO ESCOLAR E A RECUPERAÇÃO DE APRENDIZAGENS PARA ALUNOS QUE CHEGAM POSTERIORMENTE À ESCOLA

Temos recebido alunos oriundos dos PALOP`S e do Brasil que, ainda que falantes de português, não dominam efetivamente a língua num nível formal e até informal para a compreensão e esclarecimento de determinados conteúdos.

Definimos com a docente de português a necessidade de dedicar uma aula por semana para a aquisição, compreensão e consolidação da língua. Algo que procuraremos aprimorar com a construção de um programa específico já que a área de formação da Escola, os serviços jurídicos, tem uma linguagem e nomenclatura próprias que exigem, de facto, uma boa capacidade de compreensão do português como língua base.

Reforçar/apoiar a aprendizagem das disciplinas, designadamente quando o aluno as começa a frequentar (antecipação de aprendizagens que vão ser realizadas em turma, apoios tutoriais específicos, apoio individualizado ou em pequeno grupo...) é fundamental.

Nesse sentido, consoante diagnóstico e acompanhamento realizado, são adaptadas estratégias que nos levam a determinar, se necessário, a reorganização da frequência escolar no ajuste do plano de estudos que respeita o conjunto de disciplinas|módulos|ufcd´s a acompanhar, estendendo o trabalho para além do tempo letivo quando necessário.



Cumprimento da carga horária prevista na matriz curricular

- Frequência de algumas disciplinas do plano de estudos
- Frequência de atividades extracurriculares
- Frequência de atividades (mediação ou tutoria) que visem:
 - Inclusão
 - Desenvolvimento de competências associadas às disciplinas não frequentadas
 - Reforço da aprendizagem do português
 - Contacto com a história e cultura portuguesas e sua relação com outras culturas

Contacto com a turma

- Frequência de algumas disciplinas do plano de estudos
- Atividades informais, designadamente na fase de acolhimento
- Participação nas visitas de estudo da turma
- Promoção de acesso às refeições em simultâneo com a turma ou com alunos da turma

Fatores para escolha das disciplinas a frequentar

- Proficiência linguística dos docentes em LE
- Meios e recursos educativos na língua materna/de escolarização dos alunos
- Caráter prático das disciplinas

Articulação entre professores das disciplinas e mediador/tutor

- Sequência do processo de aprendizagem
- Reforço/apoio da/à aprendizagem em disciplinas específicas
- Apoios tutoriais específicos
- Antecipação de aprendizagens
- Apoio individualizado ou em pequeno grupo

[imagem retirada do documento Inclusão de Alunos Migrantes em Meio Educativo (Direção Geral da Educação, janeiro, 2024, p. 14)]

AVALIAR PARA INTEGRAR

No âmbito da avaliação pedagógica, será privilegiado um processo contínuo de acompanhamento e regulação das aprendizagens, assente na utilização sistemática de mecanismos de feedback que permitam aos alunos compreender os objetivos das tarefas, reconhecer os aspetos a melhorar e participar ativamente na construção das suas aprendizagens. A intervenção atempada constitui um princípio fundamental deste processo, procurando prevenir a acumulação de dificuldades e promover a progressão sustentada de cada aluno.

Sempre que adequado, será incentivado o desenvolvimento de estratégias de aprendizagem cooperativa, designadamente através do apoio e da avaliação entre pares, valorizando a colaboração, a entajuda e a responsabilidade partilhada como fatores promotores da aprendizagem e da inclusão.

AVALIAR PARA INTEGRAR

A avaliação será igualmente objeto das adaptações consideradas necessárias para garantir condições de equidade no acesso à demonstração das aprendizagens. Estas adaptações poderão traduzir-se na diversificação dos instrumentos e modalidades de avaliação (orais, escritos, práticos ou digitais), na adequação do tempo disponível para a realização das tarefas, no faseamento da avaliação de determinadas aprendizagens, na utilização de recursos de apoio, como dicionários ou tecnologias de apoio, bem como na definição de critérios de avaliação ajustados às necessidades específicas dos alunos, em conformidade com as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão previstas na legislação em vigor.

A decisão relativa à transição e progressão dos alunos constitui uma competência de natureza pedagógica do Conselho de Turma, devendo resultar de uma apreciação global e fundamentada do percurso realizado por cada aluno. Esta decisão deve atender não apenas aos resultados obtidos, mas sobretudo ao desenvolvimento das aprendizagens essenciais, das competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e à evolução demonstrada ao longo do processo educativo.

No final de cada ano letivo, sempre que um aluno não tenha frequentado a totalidade das disciplinas do respetivo plano de estudos, competirá ao Conselho de Turma avaliar, de forma fundamentada e contextualizada, se reúne as condições pedagógicas necessárias para prosseguir o seu percurso formativo no ano de escolaridade seguinte, ponderando o seu desenvolvimento global, as aprendizagens realizadas e o potencial de progressão.



ACOLHIMENTO E INCLUSÃO DE ALUNOS



1. RECEBER

Criar e identificar recursos/mecanismos/procedimentos de acolhimento, de diagnóstico, de promoção de aprendizagens; Refletir em conjunto para criar respostas eficazes e intencionalmente desenhadas para estes alunos.



2. ACOLHER

Agilizar o processo de matrícula, dar acesso a informações e orientações claras;
Posicionar o aluno no sistema educativo, através da análise do seu percurso;
Realizar atividades promotoras do sentido de segurança e pertença à escola e à comunidade;
Comunicar com parceiros e serviços de apoio à integração social;
Promover a apresentação e a integração dos alunos na turma;
Estabelecer canais de comunicação com a família.



3. COMUNICAR

Desenvolver o processo de aquisição e consolidação da língua portuguesa através de um acompanhamento dedicado à língua;
Potenciar contextos e situações de imersão linguística.



4. APRENDER E AVALIAR PARA INTEGRAR

Aplicar medidas universais nas diferentes componentes do currículo; Delinear um percurso de integração progressiva no currículo, garantindo o contacto com o grupo turma;
Reforçar os procedimentos associados a uma avaliação pedagógica e ao apoio à aprendizagem.



CAPÍTULO V

MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E MELHORIA CONTÍNUA

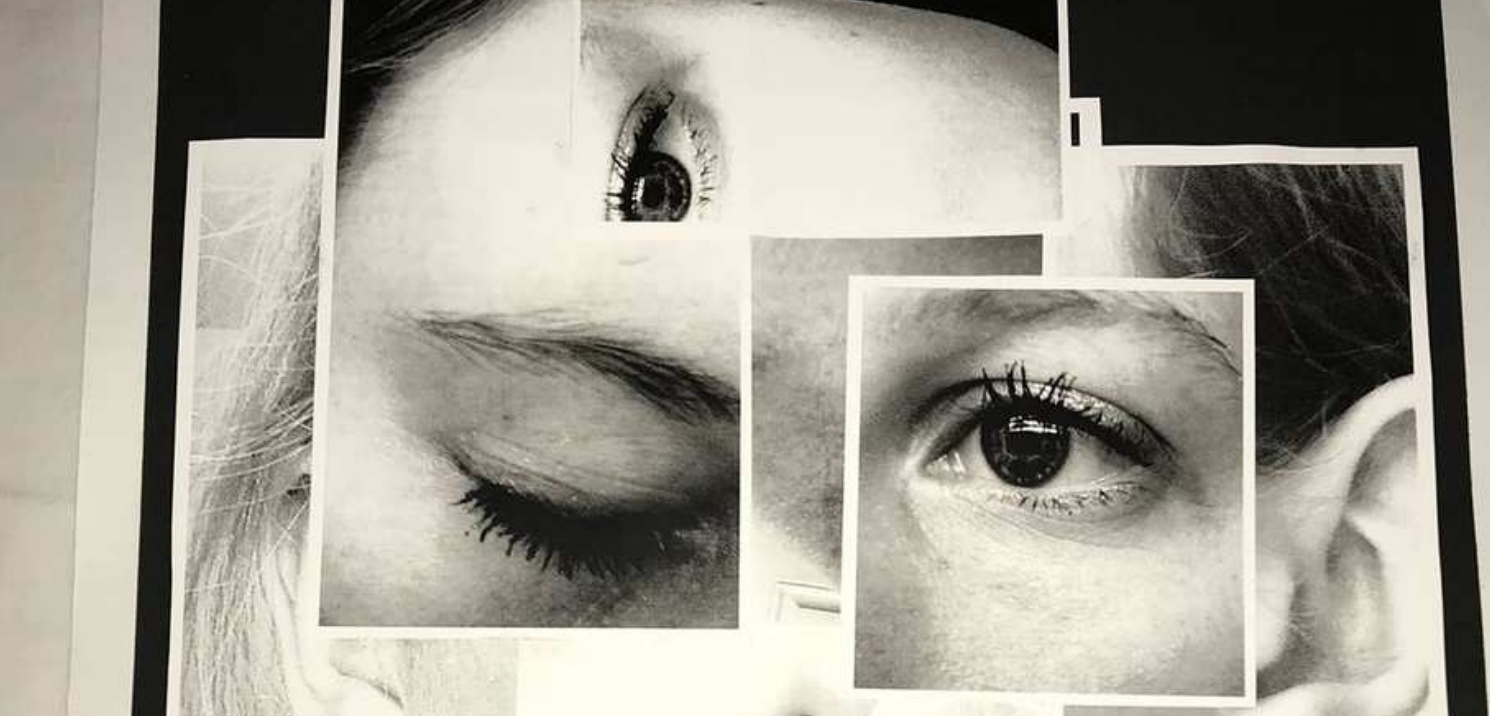
A monitorização como compromisso com a melhoria contínua

A monitorização constitui uma dimensão essencial da implementação do presente Plano, permitindo acompanhar a eficácia das medidas desenvolvidas, identificar oportunidades de melhoria e promover uma cultura de reflexão sistemática sobre as práticas educativas. Mais do que um mecanismo de verificação, assume-se como um processo contínuo de aprendizagem organizacional que sustenta a tomada de decisão e reforça a qualidade das respostas educativas.

Neste contexto, a avaliação da implementação do Plano não se limita à análise de resultados quantitativos. Pressupõe igualmente a interpretação das evidências recolhidas ao longo do percurso escolar dos alunos, a reflexão colaborativa entre os diferentes intervenientes educativos e a capacidade de reajustar estratégias em função das necessidades identificadas, assegurando uma resposta cada vez mais adequada às características da comunidade educativa.

Esta abordagem encontra-se alinhada com os princípios da melhoria contínua que orientam o sistema EQAVET e com a perspetiva defendida pela Direção-Geral da Educação no documento Gestão da Educação Inclusiva (2022), segundo a qual a monitorização deve constituir um processo permanente de análise, reflexão e desenvolvimento das práticas educativas.

A avaliação do Plano será, por isso, entendida como um instrumento de gestão pedagógica, orientado para o fortalecimento da qualidade da ação educativa, para a consolidação de uma cultura institucional de inclusão e para a promoção do sucesso escolar de todos os alunos.



Domínios de monitorização

A monitorização do presente Plano incidirá sobre os principais domínios que caracterizam o percurso educativo dos alunos e a implementação das respostas pedagógicas desenvolvidas pela Escola. A recolha e análise da informação procurarão produzir evidências que apoiem a tomada de decisão e a melhoria contínua das práticas educativas, privilegiando indicadores já integrados nos processos de acompanhamento da Escola e evitando a duplicação de mecanismos de avaliação.

Quadro 9 – Domínios de monitorização do Plano

Domínio	Evidências de acompanhamento	Estruturas envolvidas
Integração e acompanhamento do percurso escolar	Registos de acolhimento, acompanhamento pelos Orientadores Educativos, atas dos Conselhos de Turma, relatórios da EMAEI, registos de assiduidade e participação.	Direção Pedagógica, Orientadores Educativos, EMAEI, docentes.
Aprendizagens e recuperação do percurso formativo	Evolução da conclusão de módulos, planos de recuperação das aprendizagens, registos de avaliação modular e acompanhamento pedagógico.	Direção Pedagógica, docentes, Orientadores Educativos, Conselhos de Turma.
Bem-estar, participação e sentimento de pertença	Questionários de satisfação, registos de acompanhamento psicopedagógico, participação em projetos e atividades, ocorrências disciplinares, evidências recolhidas pelos Orientadores Educativos.	Psicóloga, Orientadores Educativos, EMAEI, Direção Pedagógica.
Articulação com famílias e parceiros	Registos de reuniões, contactos estabelecidos, participação das famílias, colaboração com entidades parceiras e acompanhamento da Formação em Contexto de Trabalho.	Direção Pedagógica, Orientadores Educativos, Coordenadores de Curso, parceiros externos.



Avaliação e revisão do Plano

A avaliação do presente Plano será realizada de forma contínua ao longo da sua vigência, integrando os processos de monitorização pedagógica da Escola e os mecanismos de autoavaliação institucional. A informação recolhida permitirá analisar o grau de concretização das ações previstas, identificar constrangimentos, reconhecer práticas de sucesso e introduzir os ajustamentos considerados necessários, reforçando a eficácia das respostas educativas.

A responsabilidade por este processo é partilhada por toda a comunidade educativa. A Direção Pedagógica, em articulação com a EMAEI, os Orientadores Educativos, os docentes e os restantes intervenientes, promoverá momentos regulares de análise e reflexão, assegurando que a implementação do Plano permanece alinhada com os princípios da educação inclusiva, com os Objetivos Estratégicos do Projeto Educativo e com as necessidades emergentes da Escola.

A revisão do Plano poderá ocorrer sempre que a evolução do contexto educativo, a alteração do enquadramento legal ou a análise das evidências recolhidas o justifiquem. Esta revisão deverá constituir uma oportunidade de aprendizagem organizacional, fortalecendo a capacidade da Escola para responder aos desafios da inclusão e para consolidar uma cultura institucional orientada para a qualidade, a equidade e o sucesso escolar.

EPÍLOGO

A educação inclusiva não constitui um ponto de chegada nem uma realidade definitivamente alcançada. É um compromisso que se renova diariamente, construído nas relações que a Escola estabelece consigo própria, com os seus alunos, com as famílias e com a comunidade. Cada decisão pedagógica, cada oportunidade de aprendizagem, cada gesto de acolhimento e cada percurso acompanhado representam a concretização de uma visão de escola que reconhece a diversidade como uma condição inerente à experiência humana e como um valor que enriquece a aprendizagem coletiva.

Ao longo deste Plano, procurou-se afirmar uma concepção de inclusão que ultrapassa a resposta a necessidades específicas ou a aplicação de medidas legalmente previstas. A inclusão traduz-se na capacidade da Escola para criar condições que permitam a todos os alunos aprender, participar, desenvolver-se e construir o seu projeto de vida, encontrando no espaço educativo um lugar onde sejam reconhecidos na sua dignidade, nas suas potencialidades e nas suas aspirações.

Neste sentido, o Plano para a Inclusão e Promoção do Sucesso Escolar da Escola Profissional Projeto Plural não constitui apenas um instrumento de gestão pedagógica.

Representa um compromisso institucional com uma educação de qualidade, orientada pelos princípios da equidade, da participação, da responsabilidade e da melhoria contínua. A sua concretização dependerá da capacidade de toda a comunidade educativa para transformar princípios em práticas, intenções em ações e desafios em oportunidades de aprendizagem.



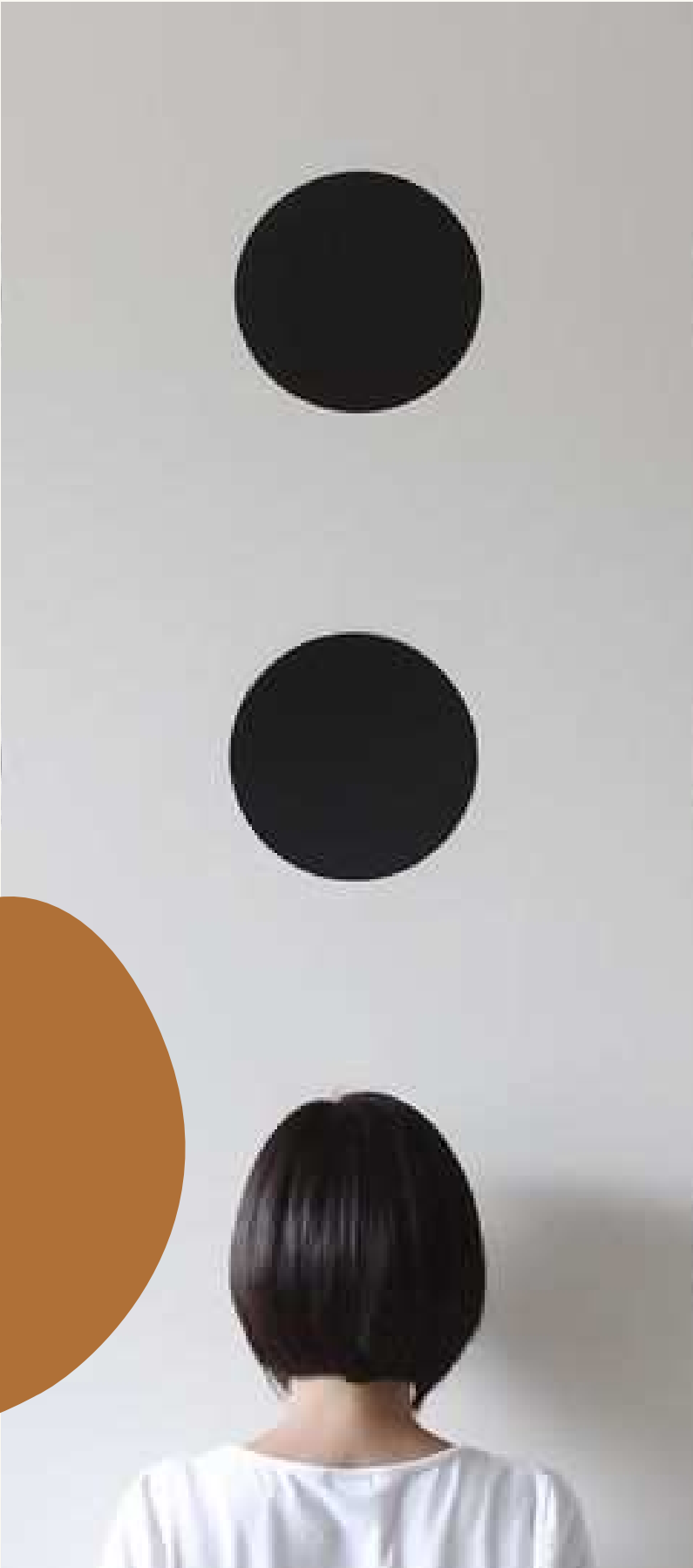


Como recorda Paulo Freire (1996), «ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando» (p. 79). Também a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva exige um percurso permanente de aprendizagem, reflexão e transformação, realizado em conjunto e sustentado pela convicção de que educar é sempre um ato de esperança e de responsabilidade.

Esta perspetiva encontra igualmente expressão no pensamento de Edgar Morin (2023), para quem «é preciso aprender a navegar num oceano de incertezas através de arquipélagos de certezas» (p. 3). Num tempo marcado pela complexidade, pela diversidade e pela mudança, a educação é chamada a desenvolver organizações capazes de aprender continuamente, de cooperar e de responder, com criatividade e sentido ético, aos desafios emergentes.

É nesta visão que a Escola Profissional Projeto Plural reafirma o seu compromisso com uma educação que não exclui, que não rotula e que não limita o potencial de nenhum aluno. Uma escola que reconhece que cada percurso é singular, que cada aprendizagem possui o seu próprio tempo e que o sucesso educativo se constrói quando a comunidade educativa assume, de forma partilhada, a responsabilidade de criar oportunidades para que todos possam aprender, participar, crescer e realizar plenamente o seu projeto de vida.

Porque incluir não significa apenas abrir as portas da Escola; significa garantir que cada aluno encontra, no seu interior, as condições para permanecer, aprender, pertencer e prosperar. É esse compromisso que orienta o presente Plano e que continuará a inspirar a ação educativa da Escola Profissional Projeto Plural, na convicção de que uma escola mais inclusiva é, inevitavelmente, uma escola mais justa, mais humana e mais capaz de transformar vidas.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEGISLAÇÃO NACIONAL

Conselho Nacional de Educação. (2016). Recomendação n.º 1/2016, de 21 de janeiro – A condição docente, as condições das escolas e o sucesso educativo. Diário da República, 2.ª série, n.º 14, 2316–2320.

Direção-Geral da Educação. (2018). Para uma educação inclusiva: Manual de apoio à prática. Ministério da Educação.

Direção-Geral da Educação. (2022). Gestão da Educação Inclusiva. Ministério da Educação.

Direção-Geral da Educação. (2024). Inclusão de alunos migrantes em meio educativo. Ministério da Educação.

Martins, G. O., Gomes, C. A., Brocardo, J., Pedroso, J. V., Carrillo, J. L., Silva, L. M. U., Encarnação, M. M., Horta, M. J., Calçada, M. T., Nery, R., & Rodrigues, S. V. (2017). Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. Ministério da Educação.

Portugal. Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho. Diário da República, 1.ª série, n.º 129, 2918–2928.

Portugal. Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho. Diário da República, 1.ª série, n.º 129, 2928–2943.

Portugal. Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho. Diário da República, 2.ª série, n.º 143, 15484–15502.

Portugal. Despacho n.º 6605-A/2021, de 6 de julho. Diário da República, 2.º Suplemento, 2.ª série, n.º 129.

Portugal. Despacho n.º 8356/2022, de 8 de julho. Diário da República, 2.ª série, n.º 131.

Comissão Europeia. (2020). Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions on achieving the European Education Area by 2025 (COM(2020) 625 final).

Conselho da União Europeia. (2018). Council Recommendation of 22 May 2018 on promoting common values, inclusive education and the European dimension of teaching (2018/C 195/01).

Conselho da União Europeia. (2021). Council Recommendation of 26 November 2021 on pathways to school success, replacing the Council Recommendation of 28 June 2011 on policies to reduce early school leaving (2021/C 469/01).

Organisation for Economic Co-operation and Development. (2023). Equity and Inclusion in Education: Finding Strength through Diversity. OECD Publishing.

Organização das Nações Unidas. (2006). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nações Unidas.

UNESCO. (1994). The Salamanca Statement and Framework for Action on Special Needs Education. UNESCO.

UNESCO. (2015). Education 2030: Incheon Declaration and Framework for Action for the Implementation of Sustainable Development Goal 4. UNESCO.

UNESCO. (2020). Global Education Monitoring Report 2020: Inclusion and Education – All Means All. UNESCO.

UNESCO. (2021). Reimagining Our Futures Together: A New Social Contract for Education. UNESCO.





Ainscow, M. (2020). Promoting inclusion and equity in education: Lessons from international experiences. *Nordic Journal of Studies in Educational Policy*, 6(1), 7–16.

Booth, T., & Ainscow, M. (2011). *Index for Inclusion: Developing Learning and Participation in Schools* (3rd ed.). Centre for Studies on Inclusive Education.

Cosme, A. (2018). *Autonomia e Flexibilidade Curricular: Propostas e Desafios*. Porto Editora.

Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.

Hattie, J. (2023). *Visible Learning: The Sequel*. Routledge.

Morin, E. (2023). Os sete saberes necessários à educação do futuro. Instituto Piaget.

Nóvoa, A. (2019). *Educação 2030: Para uma história do futuro*. EDUCA.

Rodrigues, D. (2006). *Educação Inclusiva: Estamos a fazer progressos?* Porto Editora.

Sanches, I., & Teodoro, A. (2006). Da integração à inclusão escolar: Cruzando perspectivas e conceitos. *Revista Lusófona de Educação*, 8, 63–83.

Tomlinson, C. A. (2017). *How to Differentiate Instruction in Academically Diverse Classrooms* (3rd ed.). ASCD.



ANEXOS

Documentação
EPPP

APLICAÇÃO DE MEDIDAS DE SUPORTE À APRENDIZAGEM

(DL nº 54/2018 de 6 de julho)

Ficha Individual

Ano letivo 2022/2023

Nome:		N.º de Aluno:		Turma:	
Data de Nascimento:					
Nível de Educação/Ensino:					
Ano de Escolaridade:					
Escola:					

1.	Identificação da Necessidade de Mobilização de Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão: Caracterização do(a) aluno(a): (assinalar com + ou -) Potencialidades (+) / Fragilidades (-)		
Interesse pelo estudo/tarefas propostas		Espírito crítico	
Atenção/Concentração		Desenvolvimento/limitação físico e motor	
Hábitos e métodos de trabalho		Cumprimento de tarefas	
Assiduidade e/ou pontualidade		Análise/Síntese/Avaliação de situações	
Domínio do vocabulário fundamental		Ritmo de aprendizagem inferior à média	
Domínio da Língua Portuguesa		Participação na aula	
Pré-requisitos		Empenho nas atividades	
Aquisição/Compreensão de conhecimentos		Autonomia	
Aplicação de conhecimentos		Respeito pelas regras e pelos outros	
Pesquisa/Seleção/Organização de informação		Consciência cívica e moral	
Expressão/Compreensão oral		Relações interpessoais	
Leitura/Interpretação		Autoestima	
Expressão escrita		Realização de trabalhos de casa	
Raciocínio lógico-abstrato		Ausência de material escolar	
Resolução de problemas		Interesses divergentes dos escolares	
Espírito de observação		Baixas aspirações sociais, culturais e profissionais	
Criatividade		Apoio/Acompanhamento familiar	
Outras – Especificar:			

2. Mobilização de Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão		
☐ Medidas Universais	☐ Medidas Seletivas	☐ Medidas Adicionais
☐ a) Diferenciação pedagógica ☐ b) Acomodações Curriculares ☐ c) Enriquecimento curricular ☐ d) Promoção de comportamento pró-social ☐ e) Intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos	☐ a) Os percursos curriculares diferenciados ☐ b) As adaptações curriculares não significativas ☐ c) O apoio psico-pedagógico ☐ d) A antecipação e reforço das aprendizagens ☐ e) O apoio tutorial preventivo e temporário	☐ a) A frequência do ano de escolaridade por disciplinas ☐ b) As adaptações curriculares significativas ☐ c) O plano individual de transição ☐ d) O desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado ☐ e) O desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social ☐ f) A atribuição de produtos de avaliação.

2.1. Medidas Universais

☐ Acomodações Curriculares		DISCIPLINAS										
		Português	Inglês	Integração	TIC	Matemática	Economia	EDF	Desenho	DEP	DPC	TAAPP
Localização do aluno na sala de aula	1. Sentar o aluno de frente para o quadro	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
	2. Sentar o aluno perto do professor/apresentação	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
	3. Ficar de pé junto ao aluno quando está a dar orientações/apresentação	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
	4. Sentar o aluno junto de um colega modelo positivo	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
	5.Outros:	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Apresentação do conteúdo, breves e fichas de trabalho	1. Facultar pistas visuais/gráficos/pré e pós organizadores	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
	2. Asegurar-se que as orientações são compreendidas	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
	3. Facultar exemplo do produto final	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
	4. Facultar esboços escritos/notas orientadoras/notas impressas	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
	5. Segmentar apresentações longas	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
	6. Eliminar através de abordagens multisensoriais/manipulativas	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
	7. Verificar oralmente a compreensão dos pontos-chave	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
	8. Escrever os pontos-chave no quadro	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
	9. Facultar tempo para responder a perguntas	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
	10. Modelar/demonstrar/simular conceitos	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
	11. Usar o computador para apoiar o ensino	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
	12. Adaptação de conteúdos e estratégias	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

☐ Acomodações Curriculares		DISCIPLINAS										
		Português	Inglês	Integração	TIC	Matemática	Economia	EDF	Dirrito	DEP	DAC	TAAAP
Competências organizativas	1. Treinar competências organizativas	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
	2. Utilizar um bloco de notas com as tarefas e trabalhos de casa/planejamento	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
	3. Permitir pausas em tarefas longas	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Comportamento	1. Utilizar estratégias de autodeterminação	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
	2. Utilizar regras simples e claras	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
	3. Assinalar as respostas certas, não as erradas	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
	4. Implementar um sistema de gestão de comportamento	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
	5. Permitir saídas/entradas da sala de aula/pequenas pausas	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
	6. Utilizar semanalmente instrumentos para registo do comportamento	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

☐ Enriquecimento Curricular
☐ Desporto Escolar; ☐ Projeto Eco escolas; ☐ Sala de Estudo; ☐ Oficinas; ☐ Projetos Escola; ☐ Outras: _____

☐ Promoção do Comportamento Pró-social
☐ Trabalhar o desenvolvimento de competências sociais e emocionais; ☐ Trabalhar comportamentos socialmente positivos que promovem o bem-estar dos outros; ☐ Potenciar motivação intrínseca para ajudar, partilhar e confortar o outro; ☐ Participar ativamente em projetos/ações de solidariedade; ☐ Trabalhar comportamentos ajustados, em diversos contextos, que são considerados vitais para o desenvolvimento de relações sociais e interpessoais saudáveis; ☐ Outras: _____

☐ Intervenção com foco Académico ou Comportamental em pequenos grupos
☐ Constituição de pequenos grupos para estimular e desenvolver competências académicas; ☐ Constituição de pequenos grupos para promover comportamentos assertivos, de resolução de conflitos e de competências sócio emocionais; ☐ Outras: _____

2.2 Medidas Seletivas

Medidas seletivas a aplicar:

- ☐ a) Os percursos curriculares diferenciados;
- ☐ b) As adaptações curriculares não significativas:
Adaptações ao nível dos objetos e conteúdos através da alteração na sua priorização ou sequenciação;
Introdução de objetivos específicos de nível intermédio que permitam atingir os objetivos globais e as aprendizagens essenciais.
- ☐ c) O apoio psicopedagógico;
- ☐ d) A antecipação e o reforço das aprendizagens;
- ☐ e) O apoio tutorial.

2.3. Medidas Adicionais

- ☐ a) A frequência do ano de escolaridade por disciplinas
- ☐ b) As adaptações curriculares significativas
- ☐ c) O plano individual de transição
- ☐ d) O desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado
- ☐ e) O desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social
- ☐ f) A atribuição de produtos de avaliação.

3. Recursos Específicos de Apoio à Aprendizagem e à Inclusão a Mobilizar

Exemplos: (Professor de educação especial; Centro de apoio às aprendizagens; Técnicos do CRI, Equipa de Intervenção Precoce, CPCJ, Instituições de Saúde, Segurança Social...)

4. Procedimentos de avaliação

	DISCIPLINAS													
	Português	Inglês	Integração	TIC	Matemática	Economia	EDF	Direito	DPP	DPC	TAAAP	OSJ	ICI	
1. Permitir a consulta de apontamentos/notas	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	
2. Usar preferencialmente itens de escolha múltipla	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	
3. Leitura de enunciados	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	
4. Elaborar testes/exercícios de menor extensão	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	
5. Aplicar testes/exercícios orais	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	
6. Ensinar o vocabulário previamente	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	
7. Permitir tempo extra na execução do teste/tarefa	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	

REG.074/01

Página 4 de 8

8. Permitir a realização dos testes/tarefa em outro local	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
9. Permitir a realização dos testes/tarefa num outro horário (flexibilização)	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
10. Facultar antecipadamente o modelo de prova	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
11. Permitir que o aluno responda oralmente	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
12. Permitir a transcrição do teste	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
13. Outros: _____	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

5. Observações (instrumentos de avaliação utilizados)

- | | |
|--|---|
| ☐ a) Grelhas de observação direta | ☐ d) Registo de Auto-Avaliação |
| ☐ b) Trabalhos do aluno | ☐ e) Fichas de trabalho |
| ☐ c) Apresentação e trabalhos escritos/ orais | ☐ f) Testes de avaliação / questões aula |

6. Procedimentos e Estratégias para o Envolvimento, Participação e Acompanhamento dos Pais ou Encarregado de Educação na Tomada de Decisão e na Implementação das Medidas

- ☐ O acesso a registos periódicos de avaliação contínua/formativa;
- ☐ A oportunidade de conhecer a equipa pedagógica ou outros profissionais de referência para o aluno;
- ☐ A oportunidade de conhecer os espaços e ambientes de aprendizagem e, quando aplicável, a entidade de acolhimento nos períodos de formação em contexto de trabalho, entre outros.
- ☐ A manutenção da informação sobre as políticas e práticas da escola;
- ☐ O esclarecimento sobre as prioridades do projeto educativo da escola;
- ☐ O acesso à participação nas decisões tomadas sobre a escola;
- ☐ O incentivo a um contacto regular com a escola e reuniões com professores;
- ☐ O acesso a oportunidades diversificadas para que possam discutir os progressos e as preocupações a respeito dos seus filhos;
- ☐ A valorização das diferentes contribuições oferecidas à escola;
- ☐ A valorização do conhecimento sobre os seus filhos;
- ☐ O encorajamento no seu envolvimento na aprendizagem dos seus filhos.

7. Estratégias para o envolvimento, participação do aluno, no seu processo de aprendizagem

- ☐ Melhorar a atenção/concentração;
- ☐ Realizar os trabalhos de aula e extra aula;
- ☐ Dedicar mais tempo diário ao estudo;
- ☐ Manter sempre o caderno diário atualizado;
- ☐ Melhorar o comportamento/cumprir normas;
- ☐ Organização do material necessário para as aulas;
- ☐ Melhorar a pontualidade e/ou assiduidade;
- ☐ Outras: _____

8. Eficácia das Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão

Momentos de Avaliação	Eficácia no processo de ensino/aprendizagem da/o aluna/o	Decisão	Assinatura da/o OET
1.º Momento Data: ____/____/____	☐ Eficazes ☐ Poucos eficazes ☐ Não eficazes	☐ A manter ☐ A alterar	_____
2.º Momento Data: ____/____/____	☐ Eficazes ☐ Poucos eficazes ☐ Não eficazes	☐ A manter ☐ A alterar	_____
3.º Momento Data: ____/____/____	☐ Eficazes ☐ Poucos eficazes ☐ Não eficazes	☐ A manter ☐ A alterar	_____
4.º Momento Data: ____/____/____	☐ Eficazes ☐ Poucos eficazes ☐ Não eficazes	☐ A manter ☐ A alterar	_____

Avaliação da eficácia das medidas: Fundamentação

EMAEI	☐ a) Medida não adequada por não estar a surtir efeito; ☐ b) Medida adequada mas com necessidade de reajustes; ☐ c) Medida adequada tendo em conta os resultados possíveis; ☐ d) Medida adequada com os resultados desejados; ☐ e) Medida adequada com resultados que superaram os objetivos;	☐ f) Outras: As medidas revelaram-se ineficazes pelo que se verifica a necessidade de passar ao nível seguinte. Sim ☐ Não ☐ Data: ____/____/____

Identificação da Necessidade de Mobilização de Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão

☐ Professor(es)	☐ OET	☐ Encarregado(a) de Educação
Data: ____/____/____ Assinatura(s): _____	Data: ____/____/____ Assinatura(s): _____	Data: ____/____/____ Assinatura(s): _____

Aprovação do/a Encarregado/a de Educação			
Nome:			
Data:		Assinatura:	

Aprovação pelo/a Diretor/a Pedagógico/a			
Nome:			
Data:		Assinatura:	

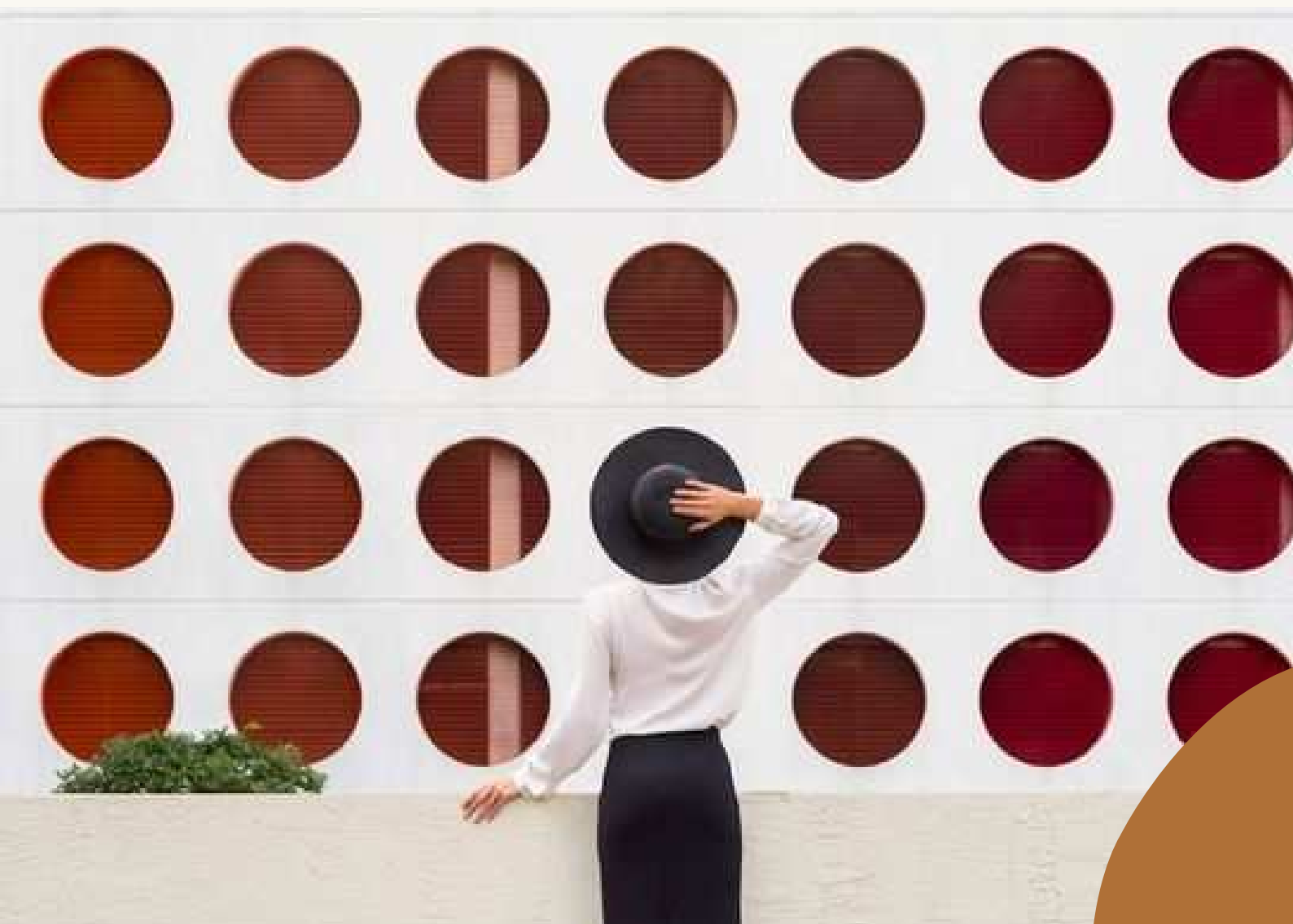
A Coordenadora da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva			
Nome:			
Data:		Assinatura:	

Responsável pela Implementação das Medidas junto dos professores			
Nome:			
Data:		Assinatura:	

Acompanhamento Encarregado(a) de Educação			
Nome:			
Data:		Assinatura:	
Data:		Assinatura:	
Data:		Assinatura:	

Mobilização de Medidas Seletivas/Adicionais de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão			
Coordenadora da equipa EMAIE			
Data:		Assinatura:	
Aprovação pelo(a) Encarregado(a) de Educação			
Data:		Assinatura:	
Homologação pelo/a Diretor/a Pedagógico/a			
Nome:			
Data:		Assinatura:	

Responsável pela Implementação das Medidas junto dos professores			
OET:			
Data:		Assinatura:	



Realizado por:
Direção Pedagógica